



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Coordenação Regional de Ensino do Paranoá/Itapoã
Centro de Educação Infantil Tia Nair – Unidade I

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo”.

“Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”.

José de Alencar.

BRASÍLIA, 2024

SUMÁRIO

1- Identificação.....	5
2- Apresentação.....	5
3- História do CEI Tia Nair Paranoá.....	7
4- Diagnostico da Realidade da Unidade Escolar	12
5- Função Social do CEI Tia Nair Paranoá	13
6- Missão Do CEI Tia Nair.....	14
7- Princípios Orientadores da Prática Educativa.....	15
8- Metas do CEI Tia Nair.....	19
9- Objetivos.....	20
9.1- Objetivo Geral.....	21
9.2-Objetivo Específico.....	21
10- Fundamentos Teóricos Metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa.....	22
11-Organização Curricular da Unidade Escolar.....	35
12-Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar.....	41
12.1-A organização dos Tempos e Espaços.....	43
12.2-Relação Escola-Comunidade.....	45
12.3-Relação Teoria e Prática.....	47
12.4-Metodologias de Ensino.....	48
12.5-Organização da Escolaridade.....	53
13-Somente para Unidade Escolares que Ofertam Ensino Médio.....	55
14- Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar.....	55
15- Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar.....	57
15.1- Articulação com os Objetivos e as Metas do PPP.....	62
15.2-Articulação com o Currículo em Movimento.....	65

15.3-Articulação com o PPA, PDE E PEI.....	66
16- Apresentação dos Programas e Projetos Desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com outras Instituições, Órgãos do Governo.....	69
17- Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar.....	69
17.1- Avaliação para as Aprendizagens.....	69
17.2- Avaliação em Larga Escala	70
17.3- Avaliação Institucional.....	70
17.4-Estratégias que Implementam a Perspectiva Formativa da Avaliação para as Aprendizagens.....	70
17.5- Conselho de Classe.....	71
18-Papéis e Atuação.....	73
18.1-Serviço Especializado de Apoio á Aprendizagem (SEAA).....	73
18.2-Orientação Educacional (OE).....	73
18.3-Atendimento Educacional Especializado Em Sala de Recursos (AEE/SR).....	73
18.4-Profissionais de Apoio Escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros.....	73
18.5-Biblioteca Escolar	74
18.6-Conselho Escolar	74
18.7-Profissionais Readaptados	74
18.8-Coordenação Pedagógica.....	74
18.8.1-Papel e Atuação do Coordenador Pedagógico.....	75
18.8.2-Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica.....	75
18.8.3-Valorização e Formação Continuada dos Profissionais da Educação.....	76
19-Estratégias Específicas.....	77
19.1-Redução do Abandono, Evasão e Reprovação.....	77
19.2-Recomposição das Aprendizagens.....	77

19.3-Desenvolvimento da Cultura de Paz.....	77
19.4-Qualificação da Transição Escolar.....	78
19.5-Para as Unidades Escolares de Gestão Compartilhada: desenvolvimento da Gestão Compartilhada, conforme Portaria específica.....	79
20-Processo de Implementação do PPP.....	79
20.1-Gestão Pedagógica.....	79
20.2-Gestão de Resultados Educacionais.....	80
20.3-Gestão Participativa.....	80
20.4-Gestão de Pessoas.....	81
20.5-Gestão Financeira.....	81
20.6-Gestão Administrativa.....	81
21-Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP.....	82
21.1 Avaliação Coletiva.....	82
21.2-Periodicidade.....	83
21.3-Procedimentos/ Instrumentos.....	83
21.4-Registros.....	84
22-Referencias.....	85
23-Apêndices.....	87
24-Anexos.....	103

1- IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Centro Social Comunitário Tia Angelina/ Educação Infantil Tia Nair Unidade I do Paranoá	CNPJ: 02.290.594/0001-48	
Endereço: Quadra 31, conjunto C lote10- Paranoá - Brasília – DF	E-mail: tianairdireaopedag21@gmail.com	
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 71573-103
Telefone: (61) 3369-3175 - Entidade Sem Fins Lucrativos		

Convênio: Processo: 00080-00217661/2022-06
VIGÊNCIA: 09/02/2023 a 08/02/2028
Nº Do Instrumento de Parceria: 114/2023
Presidente: Jéssica Patrícia Ferreira
Período de Mandato da Diretoria: 01/01/2023 a 31/12/2024
Diretora Pedagógica: Maria Rosineide Ribeiro da Silva
Coordenadora Pedagógica: Simone Conceição de Souza
Secretaria Escolar: Roseanne Santos Fonseca
Turno de funcionamento oferecido: Integral das 7h30 min às 17h30 min.

2. APRESENTAÇÃO

A Gestão do CEI Tia Nair diante de suas necessidades de organização, atualização, controle, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas, políticas e administrativas, reorganizou seu Projeto Político Pedagógico para o período de 2023 / 2026 englobando todas as necessidades escolares com alinhamento na BNCC e Currículo em Movimento da Educação Infantil.

Este projeto deu-se de forma participativa onde todos os membros representantes da comunidade escolar trabalharam de forma coerente com o intuito de melhorar, em todos os aspectos, nossa educação. Após diversas reuniões, encontros e resolução de questionários, definiu-se claramente que tipos de ações educativas pretenderam alcançar.

No intuito de formar cidadãos críticos, associando teoria e prática, relacionando-se com o meio ambiente, tendo consciência da importância de sua preservação e participando politicamente, socialmente e economicamente da sociedade brasiliense e brasileira.

Com este projeto político pedagógico, espera-se contribuir para as transformações que se realizarão com a participação efetiva de cada membro da comunidade escolar, tendo consciência da sua importância. Acreditando que, para se resgatar as bases sólidas que movem uma sociedade, é preciso seguir novos rumos, não somente com educação, mas com inclusão social.

Equipe de organização e elaboração do projeto político pedagógico do Cei Tia Nair Paranoá:

DIRETORA DA ESCOLA

MARIA ROSINEIDE RIBEIRO DA SILVA

COORDENADORA PEDAGÓGICA

SIMONE CONCEIÇÃO DE SOUZA

SECRETÁRIA DA ESCOLA

ROSEANNE SANTOS FONSECA

PROFESSORES E MONITORES

- EQUIPE DE DIRIGENTE:

DIRETOR (A): Maria Rosineide Ribeiro da Silva

Coordenador Pedagógico (a): Simone Conceição de Sousa

Secretária Escolar: Roseanne Santos Fonseca

Unidade Escolar: Centro de Educação Infantil Tia Nair Unidade I Paranoá

Níveis de Ensino: Creches/Maternal (3) anos

Educação Infantil – Pré - Escola - (04 e 05 anos)

3. HISTÓRIA DO CEI TIA NAIR

O Centro de Educação Infantil Tia Nair Unidade I Paranoá atende à demanda das Regiões do Paranoá, Paranoá Parque, Itapoã, Itapoã Parque, Sobradinho dos Melos e Boqueirão, oferece Educação Infantil em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, através de sua Mantenedora, o Centro Social Comunitário Tia Angelina.

A instituição educacional delinea-se com a função de cuidar e educar, crianças de 3 a 5 anos de idade, assume a responsabilidade de torná-la espaço privilegiado de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas e como primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, tem a função sociopolítica e pedagógica.

Para tanto, a Proposta Pedagógica, com seu plano de ação elaborado, representa um dos meios para que a Escola exerça sua autonomia, desenvolva os princípios educacionais garantidos pela Constituição, as práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagem que, atuam como recursos de promoção de equidade e oportunidades educacionais entre as crianças, como plano, orienta as ações dessa instituição, defina-se metas que se pretende para o desenvolvimento, as aprendizagens que se quer promovidas, tais como: o conhecimento científico e formal, orientados pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e, articular este saber, como os saberes escolar, refletindo o trabalho educacional que se pretende desenvolver a partir das especificidades de cada unidade escolar.

O currículo em Movimento, as Diretrizes e Orientações Pedagógicas da SEEDF e demais legislações educacionais vigentes são basilares para a (re) elaboração do PPP, a qual necessita ser revisitado e refletido sistematicamente por toda comunidade escolar, tornando-a um documento vivo e significativo.

Para as experiências já adquiridas pelas as crianças, em seu meio familiar e social, destaca-se que a (re) elaboração do PPP é um momento de resgate da história e da entidade cultural da Unidade Escolar.

Identificação da Escola

Ato de Autorização: Portaria nº 281 de 31 de agosto de 2016. Resolução nº212026 CEDF. O Centro de Educação Infantil Tia Nair Unidade – I é uma instituição sem fins lucrativos

parceira da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal que atende 188 (cento e oitenta e oito) crianças em tempo integral, localizado na quadra 31 conjunto C, lote 10, Paranoá-DF. Recebemos crianças de regiões administrativas próximas do Paranoá. A maioria das famílias atendidas é de baixa renda, com filhos em idade de escolaridade o que apresenta o alto número de crianças na faixa de 3, 4 e 5 anos de idade, sem acesso à escola.

A Secretaria de Educação na busca de garantir o direito à educação conferida pela Constituição Federal e demais legislações educacionais criou a parceria com o mantenedor Centro Social Comunitário Tia Angelina para a oferta gratuita e em tempo integral de 10(dez) horas diárias de segunda a sexta-feira, para atender à demanda de ensino no DF, a fim de promover o desenvolvimento integral das crianças nos seus aspectos: físico, psicológico, linguístico, intelectual e social.

O Centro Social Comunitário Tia Angelina, teve como fundadora Angelina Pereira de Matos, mãe, esposa, moradora e fundadora da Região Administrativa Varjão desde a década de 60, cidadã de larga visão social, preocupada desde sua época com a condição da mulher e seu fortalecimento na sociedade e na família, com formação religiosa, de grande valor humano ouvindo os pedidos de mães que não tinham onde deixar seus filhos durante o expediente de trabalho, decidiu abrir as portas de sua única casa e cuidar das crianças carentes vizinhas e garantir que as mães pudessem trabalhar com tranquilidade e concentração nas tarefas diárias de domésticas das mansões do Lago Norte, uma RA bem próxima a Vila Varjão com outros aspectos sociais e financeiros. Seus filhos foram criados e formados para trabalho social e a preocupação com o cuidar do outro.

As crianças foram aumentando em números e veio à necessidade da construção de um barracão de madeira grande e dividido em salas que acomodassem com mais conforto as crianças atendidas. Nos primeiros anos, a creche nasceu com o nome de “Sementinha”, mas tão logo, em gratidão à fundadora, foi apelidada pelas mães e comunidade de Creche Tia Angelina, como é conhecida atualmente e registrado o nome da Mantenedora. Em julho de 1996, a idealizadora desse projeto veio a óbito, contudo a missão social e educacional floresceu nas mãos de sua família e a continuidade do projeto seguiu adiante com seus filhos.

Com o crescimento de novas unidades, a família resolveu homenagear a primogênita dos irmãos Sra. Nair Queiroz, pedagoga, mãe, gestora social que nunca desistiu de dar continuidade ao trabalho da sua mãe, dando o nome da nova unidade de Tia Nair.

Em 2015, após os estudos constatarem a necessidade de oferta de educação infantil na região do Paranoá, o Centro Social Comunitário Tia Angelina consolidou a parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal para abraçar e assistir esta comunidade, indo a campo atrás do novo espaço.

O CASFA (Centro Assistencial Social Francisco de Assis), que existia com vários atendimentos sociais dentre eles o atendimento médico pediátrico, homeopático ofertado pelos Sr. Divaldo Dias Mançano, conhecedor da comunidade local e servidor da Secretaria de Saúde do DF que ao ser apresentado o Projeto Educacional Nair Queiroz e se apropriar da causa instituíram a parceria o que ocasionou a inauguração no dia 15/02/2017 na abertura das portas do novo espaço de escolarização, formação das crianças da primeira infância do Paranoá DF.

O nome TIA NAIR I é uma homenagem dos irmãos, a irmã mais velha que acredita no trabalho da formação do sujeito de direito, isto é, dos humanos direitos e humanos deveres e sua formação como ser individual e social que será responsável pela ética e pela garantia da cidadania. Além da vontade de dar continuidade ao trabalho da mãe que os ensinaram o cuidado com o outro e o amor pela vida. Vida encontrada no sorriso das crianças atendidas e na confiança dos pais no novo espaço de formação e garantias da primeira infância.

A Unidade Tia Nair I inaugurou com 38 (trinta e oito) funcionários para atender 188(cento e oitenta e oito) crianças na primeira infância por um período de 10(dez horas), respeitando a legislação educacional da SEEDF, bem como as diretrizes pedagógicas e o Currículo em Movimento, caderno educação infantil e contrato estabelecido.

O Centro de Educação Infantil Tia Nair, conta com 188 (Centro e oitenta e oito) crianças matriculadas com faixa etária de 4 e 5 anos. As famílias são de diversos estados brasileiros. Famílias sem escolaridade e sem formação do letramento. A renda financeira varia na proporção de média para baixa, a religiosidade apresenta diversidade entre cristãos e não cristãos.

As crianças chegam à escola de transporte privado, vans, bicicletas, motos e contratados e outras não possuem transporte.

A Instituição hoje possui 09 (nove) turmas, que cada ano é distribuído conforme a necessidade da comunidade. Sempre atendemos crianças para o maternal II, primeiro e segundo período.

O corpo de educadores são todos formados em Licenciatura Plena em Pedagogia e 99% possuem experiência de trabalho na área. Os professores são responsáveis pelas aprendizagens e pela execução do currículo por 8 (oito) horas diárias, com ajuda de monitores com conclusão obrigatória do Ensino Médio em qualquer área e de preferência cursando pedagogia.

A gestão é composta por duas profissionais pedagogas com experiência na área, que são responsáveis pelo pedagógico e pelo o administrativo aqui denominado de Diretora e Coordenadora Pedagógica. A escola possui uma nutricionista no tempo de trabalho diário para responder pelos acompanhamentos e fiscalização dos produtos adquiridos pela mantenedora.

Após a assinatura do Convênio com a Secretaria da Educação, a Instituição tomou providências quanto à contratação de pessoal, adequação a exigências, contatos com a Coordenação Regional de Ensino (CRE), entre outros. Hoje, ela emprega 34 funcionários e atende 188 (cento e oitenta e oito) crianças em horário integral, encaminhadas pela SEEDF.

Características Físicas

A escola conta com um prédio principal, composto de dois andares. No térreo contém 6 salas de aulas, sendo que quatro salas divide o banheiro, que são as salas 1, 2, 3, e 4, na sala 6 tem um banheiro adaptado (PCD). No térreo fica também a cozinha, cozinha auxiliar, lavanderia/deposito, dois banheiros para adultos, e um parque. No 1º piso temos 3 salas de aula, secretaria, sala da direção, sala do administrativo, elevador, refeitório, sala da coordenação e três banheiros sendo um para adultos e dois infantis.

TERREO	1º PISO
1-Recepção	1-Refeitório;

1-Cozinha Auxiliar	1-Direção
1-Cozinha;	3- salas de aula;
1-Banheiro Feminino com 2 box	1-Secretária
1-Banheiro Masculino	1- sala administrativa
6- salas de aulas	1-Dispensa
4- banheiros infantis	1-Banheiro Adulto
1-Banheiro para PCD	2- Banheiros Infantis
1-Deposito/lavanderia	1-Sala de coordenação

QUADRO DE FUNCIONARIOS

QUANTIDADE	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1	Diretora Pedagógica	Pedagogia, pós- Gestão escolar
1	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia, Gestão Escolar
9	Professores	Pedagogia
10	Monitores	90% cursando Pedagogia
1	Nutricionista	Nutrição
1	Administrativo	Superior completo
1	Secretária Escolar	Tecnico em Secretariado Escolar
1	Cozinheira	Ensino Médio Completo
2	Auxiliares de Cozinha	Ensino Médio Completo
2	Guardas Patrimoniais	Ensino Médio Completo
3	Auxiliares de Limpeza	Ensino Médio Incompleto
1	Porteiro	Ensino Médio Completo

4- DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

A Instituição atende crianças cadastradas na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF e presta atendimento integral de segunda a sexta-feira, das 07h30min. às 17h30min, são 188 crianças na faixa etária de 3 (três) 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade. Quanto ao ingresso da criança na Instituição, no primeiro momento é realizado um cadastro na Regional de Ensino pelo telefone 156 e só então, conforme o número de vagas disponíveis, as crianças são encaminhadas para a creche e são efetuadas as matrículas.

Atualmente podemos falar mais da família brasileira numa perspectiva generalista, uma vez que coexistem vários modelos de composição familiar em nossa sociedade, tendo cada uma delas suas características e não mais seguindo padrões antigos. Na época presente existem famílias de pais separados, chefiadas por mulheres, chefiadas por homens sem a companheira, a homossexual, e ainda a nuclear, que seria a formação familiar do início dos tempos formada de pai, mãe e filhos, mas não seguindo os padrões de antigamente.

Partindo da concepção de que o contexto familiar é um grande influenciador no processo de desenvolvimento social e aprendizagem da criança, realiza-se anualmente um levantamento socioeconômico mediante a aplicação de um questionário social com os pais, para melhor conhecimento da realidade familiar.

Assim, durante o período de 10 horas que a criança passa na instituição, procuramos desenvolver atividades pedagógicas com a finalidade de garantir a interação das crianças entre seus pares, entre as crianças e objetos diversos, entre as crianças e o meio ambiente, entre as crianças e seus educadores, mas só podemos atingir estas interações permitindo que a criança brinque e explore seu meio circundante, pois, só assim, como instituição de educação infantil podemos exercer nosso papel essencial que é de garantir a socialização, cuidado e educação.

No geral, os educadores do CEI Tia Nair observam que as crianças apresentam um alto grau de participação em atividades que se direcionam ao lúdico; têm uma boa adesão às “rodinhas de conversas”. Tanto no início quanto no término de cada dia, esta atividade

pedagógica tem a finalidade de obter uma devolutiva da turma do que foi internalizado e é um momento para interação e trocas de experiências entre educadores e educandos.

Nesta etapa da educação infantil um fator importante é a interação entre a criança e seus educadores, uma vez que, irá influenciar na sua visão de mundo e na forma que irá posicionar se diante dele. Para proporcionar um desenvolvimento integral das crianças são essenciais o afeto e a atenção por parte dos educadores. Para uma melhor compreensão do perfil das crianças, também são realizadas avaliação nutricional para um melhor acompanhamento e oferecimento de alimentos adequados às necessidades de cada uma.

5. FUNÇÃO SOCIAL DO CEI TIA NAIR PARANOÁ

A função social do CEI Tia Nair é garantir, primeiramente, a aprendizagem do estudante, possibilitando-o ser capaz de pensar, de criar hipóteses acerca de um determinado conhecimento, de agir em grupo, bem como de se inserir em contextos com o mundo moderno, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente de aprendizagem favorável à humanização, visando assim à formação de um estudante sujeito singular e complexo. No âmbito da educação infantil a escola é marco essencial, não para aquisição de conhecimento formal, mas para a aprendizagem humanística e interação social.

O trabalho com crianças pequenas necessita de ações complementares e conjuntas que envolvam a família, a comunidade e a sociedade civil organizada. Nesse contexto, a dissociabilidade das ações de educar e cuidar, bem como o papel da brincadeira e das interações como principais formas de expressão da Infância. Isso porque, ao ingressar no sistema educacional, os pequenos continuam sendo crianças que frequentam uma instituição educativa.

A cultura da infância, a ser cultivada pela instituição educacional, coloca a brincadeira como meio de expressão, aprendizagem e desenvolvimento, garantindo a cidadania infantil; reconhece a necessidade de interações entre os pares etários, os adultos e os objetos, permitindo a exploração do mundo.

Associar as possibilidades da criança de ser cuidada e de ser educada, criando um ambiente seguro, estimulante, acolhedora, instigante, protegido, alegre.

Nessa perspectiva, na escola deve buscar novas formas de despertar o interesse e incentivar a criatividade dos estudantes, e de contribuir cada vez mais cedo com a formação de um cidadão ético.

O Centro de Educação Infantil Tia Nair Unidade I Paranoá, exerce a sua função social de garantir a comunidade escolar condições necessárias para o exercício da cidadania, professores e monitores são mediadores de novas conquistas, atentos e carinhosos ampliam e sistematizam o conhecimento sempre valorizando e respeitando as hipóteses, interesses criatividade e forma de expressão das crianças.

Priorizam a interação fundamental para que a criança adquira segurança em suas capacidades motoras, afetivas, cognitivas, expressivas e sociais e acima de tudo para que aprenda a resolver seus problemas e conflitos através do diálogo e respeito.

Ter autonomia representa ter oferecido à criança o conhecimento de como um sujeito único, mas outro compartilhando regras, valores e atitudes.

6. MISSÃO DO CEI TIA NAIR

A missão do CEI Tia Nair é proporcionar às crianças da Educação Infantil um ambiente acolhedor e estimulante, favorável ao desenvolvimento de suas potencialidades, de sua autonomia e das características de sua personalidade, oferecendo uma educação de qualidade, ampliando os espaços, os tempos e as oportunidades de aprendizagens, dando ênfase ao protagonismo estudantil, favorecendo o desenvolvimento integral dos nossos educandos para que eles possam agir construtivamente na transformação social do seu meio e da sociedade.

E, ainda, garantir a participação ativa da comunidade escolar no processo educativo, promovendo a interação entre a família e a escola por meio de estratégias didáticas diversificadas, tais como: oficinas; participação nos projetos desenvolvidos na unidade escolar; realização de trabalhos voluntários- conforme os eixos de interesses apresentados;

convites para o desenvolvimento de jogos, brincadeiras, contação de histórias, bazares, almoços, eventos, festas, construção de painéis coletivos, entre outros.

Por fim, proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de transformação social e de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes, preparando-os para a vida.

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

A Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 a 214 garante a educação como um Direito, instrumento imprescindível para reconhecer a si próprio como sujeito ativo na transformação de seu grupo e do seu meio social. Nessa perspectiva, assegura o acesso à educação como o Direito Humano universal, social inalienável, que possui relação com outros direitos, especialmente os direitos civis e políticos e de caráter subjetivo, sobre os quais a educação é decisiva, uma vez que possibilita o acesso a outros direitos, dentre esses, destacamos o direito ao Meio Ambiente saudável, considerado como um dos direitos fundamentais do ser humano.

Os Direitos Humanos, também, estão assegurados nas DCNEB apontando que os mesmos são resultados da busca pelo “reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos”. (BRASIL, 2013, p. 517). As DCNEB “por meio do reconhecimento da relação indissociável entre educação e Direitos Humanos”, visam.

[...] a proteção e a promoção de direitos de crianças e adolescentes; a educação das relações étnico-raciais: a educação escolar quilombola; a educação escolar indígena; a educação ambiental; a educação do campo; a educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, as temáticas de identidade de gênero e orientação sexual na educação; a inclusão educacional das pessoas com deficiência e a

implementação dos direitos humanos de forma geral no sistema de ensino brasileiro (BRASIL,2013,p.519).

Considerando a diversidade humana, característica da formação da sociedade brasileira, cuja finalidade é o desenvolvimento dos sujeitos em suas dimensões individual, social, política, econômica e cultural, objetivando que a pessoa e/ou grupo social se reconheça como sujeito de direitos, assim como seja capaz de:

[...] exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que reconheça e respeite os direitos do outro, [...] que desenvolva a sensibilidade ética nas relações interpessoais, em que cada indivíduo seja capaz de perceber o outro em sua condição humana. (BRASIL, 2013, p.519). Faz-se necessário lançar um novo olhar sobre as concepções e práticas pedagógicas, no sentido de desenvolver ações que visem à promoção, proteção, defesa e aplicação no cotidiano, vislumbrando a formação dos estudantes para que participem ativamente da vida democrática, exercitando seus direitos e responsabilidades. Assim como, promover os direitos das demais pessoas, inclusive o direito ao meio ambiente saudável, sendo as questões ambientais articuladas ao currículo como um processo educativo (BRASIL, 2012).

Deve-se pensar o currículo para além dos conteúdos organizados, sistematicamente, reconhecendo outros saberes e as experiências dos estudantes para que possa fortalecer suas práticas individuais e sociais, em função de uma consciência cidadã capaz de instigar as mudanças sociais. Assim, reconhecemos o importante papel da escola na construção de ações que assegurem os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento imprescindíveis à formação humana, considerando, também, o papel social da escola como agente de articulação e transformação da realidade social e ambiental. Nesse contexto, as instituições de ensino farão a transição para se transformarem em escolas sustentáveis, integrando e articulando as seguintes dimensões: o currículo, a gestão democrática e a estrutura física, como estabelecido no art. 13, inciso V, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - DCNEA. Ao definir os direitos e objetivos de aprendizagem, esse referencial coaduna com o Caderno de Educação em Direitos Humanos, elaborado pelo MEC em 2013, válido para toda a educação nacional, reconhecendo que:

A educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza. (BRASIL, 2013, s/n).

Portanto, a educação não só organiza os conhecimentos construídos historicamente, como também, deve promover práticas democráticas que constituem valores básicos e fundamentais à cidadania. Contribui, também, para que os sujeitos repensem seus valores, hábitos e atitudes individuais e coletivas e procedam as mudanças necessárias que conduzam à melhoria das condições e qualidade de vida, ambiental, local e global. Nesse sentido, a educação ultrapassa os limites da sala de aula, porque é um dos instrumentos de superação das desigualdades e discriminações. Considerando os direitos e objetivos de aprendizagem, repensar o currículo constitui-se um grande desafio para os sistemas de ensino, tendo em vista, a compreensão de que a educação vem a ser uma das possibilidades de transformação social, e a escola um espaço de diálogo, mudanças e contradições, sendo esses os elementos necessários para a construção de uma sociedade democrática.

Princípios da Educação Infantil

Os princípios fundamentais nas Diretrizes anteriormente estabelecidas (Resolução CNE/CEB nº 1/99 e Parecer CNE/CEB nº 22/98) continuam atuais e estarão presentes nestas diretrizes com a explicitação de alguns pontos que mais recentemente têm se destacado nas discussões da área. No artigo 6º da DCN para a Educação Infantil de 2009, trata-se das propostas pedagógicas de Educação Infantil, que devem respeitar os seguintes princípios:

a) Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade, da Solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Cabe às instituições de Educação Infantil assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas, valorizar suas produções, individuais e coletivas, e trabalhar pela conquista por elas, dá autonomia para a escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários. Tais instituições devem proporcionar às crianças oportunidades para ampliarem as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprio trazidas por diferentes

tradições culturais e a construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças.

Desde muito pequenas, as crianças precisam ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas.

Com isso elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

b) Princípios políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

A Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando as suas práticas educativas de fato promovem a formação participativa e crítica das crianças e criam contextos que lhes permitem a expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem-estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade.

Como parte da formação para a cidadania e diante da concepção da Educação Infantil como um direito, é necessário garantir uma experiência bem-sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação. Isso requer proporcionar oportunidades para o alcance de conhecimentos básicos que são considerados aquisições valiosas para elas.

A educação para a cidadania se volta para ajudar a criança a tomar a perspectiva do outro - da mãe, do pai, do professor, de outra criança, e também de quem vai mudar-se para

longe, de quem tem o pai doente. O importante é que se criem condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.

c) Princípios estéticos: valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em um mundo em que a reprodução em massa sufoca o olhar das pessoas e apaga singularidades, deve voltar-se para uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências.

As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político-Pedagógico.

8. METAS DO CEI TIA NAIR

O CEI Tia Nair tem como meta proporcionar às crianças da Educação Infantil um ambiente seguro, estimulante e acolhedor, onde elas possam explorar, descobrir e aprender por meio de experiências significativas. Nosso ensino é pautado na ludicidade e na interação social. As atividades são planejadas de forma a despertar o interesse das crianças, estimulando sua curiosidade e criatividade. O brincar, por exemplo, é uma forma importante de aprendizagem na infância, pois permite que as crianças experimentem, imaginem, resolvam problemas e interajam com o mundo ao seu redor.

É importante ressaltar que o desenvolvimento infantil não se dá apenas no contexto escolar, mas também na interação com a família, com os pares e com a comunidade. O apoio

e o envolvimento dos pais e cuidadores são essenciais para o desenvolvimento saudável das crianças, criando um ambiente propício para a aprendizagem e o crescimento.

Promover debates, palestras e pesquisas para maior dinamização das aulas de 2023 a 2026. Capacitar 100% dos professores para uma melhor atuação docente dentro da metodologia contextualizada, utilizando as tecnologias educacionais existentes durante todos os anos de 2023 a 2026. Propiciar cursos e outras atividades relacionadas ao aperfeiçoamento de professores nos próximos anos, 2023 a 2026.

Contribuir para reduzir em 98% a defasagem e desenvolver o conhecimento dos alunos por meio da psicomotricidade, organizar e otimizar os espaços da escola para ofertar um ensino de qualidade, favorecer o entrosamento da escola com a comunidade por meio de reuniões bimestrais com pais e demais membros para um maior envolvimento destes nas decisões da escola.

Estimular a integração dos funcionários e comunidade escolar nas atividades promovidas pela escola, mediante a participação em eventos, festas, palestras, mutirões e conselho escolar. Proporcionando, assim, um ambiente agradável para o bem estar dos mesmos.

Oportunizar ao aluno uma educação voltada para a formação de sujeitos conscientes e crítico, capaz, partindo das práticas já existentes projetarem novas ações educacionais que ajudem Desenvolver ações que traga ao Distrito Federal uma educação voltada para o desenvolvimento do educando e melhoria do conhecimento desde a alfabetização que é a base fundamental para um bom aprendizado.

9. OBJETIVOS

Promover o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária de 03 (três) a 05 (cinco) anos, estimulando suas habilidades e potencialidades, e preparando-as para enfrentar os desafios futuros. Ao proporcionar uma base sólida de conhecimentos, habilidades e valores, a educação infantil contribui para a formação de indivíduos autônomos, criativos, críticos e socialmente responsáveis.

9.1- Objetivo Geral

Incentivar a família a desenvolver um trabalho consciente junto à sociedade visando despertar o senso crítico do educando desde os primeiros anos.

Melhorar o relacionamento escolar x comunidade, em busca da melhoria do relacionamento e da importância da educação.

Acompanhar através de um trabalho contínuo no setor pedagógico e administrativo o crescimento do processo ensino aprendizagem para proporcionar eficiência, qualidade e favorecer um bom relacionamento entre alunos e comunidade.

9.2- Objetivo Específico

Buscar meios para desenvolver uma alfabetização de qualidade, focando os pontos positivos e negativos do aprendizado do educando.

Trabalhar a autonomia dos alunos para que desenvolvam pensamento independente e a capacidade de reflexão crítica;

Promover a participação permanente dos pais e outros setores nas decisões escolares.

Proporcionar às crianças o desenvolvimento integral nos âmbitos físico, emocional, social e cognitivo de forma equilibrada e harmoniosa.

Estimular a curiosidade natural das crianças e despertar o interesse pelo aprendizado, proporcionando experiências significativas e motivadoras.

Favorecer o desenvolvimento da linguagem oral, ampliando o vocabulário e as habilidades de comunicação das crianças.

Propiciar oportunidades para que as crianças interajam e participem de atividades em grupo, desenvolvendo habilidades sociais, como respeito, cooperação e empatia.

Viabilizar a autonomia e a independência das crianças.

Estimular a formação de atitudes e hábitos saudáveis;

Desenvolver atividades educacionais, culturais, físicas e de lazer que assegurem o desenvolvimento global da criança e permitam o envolvimento da comunidade no processo educativo.

10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA

A educação escolar brasileira é formada pela educação básica, englobando Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e Educação Superior, sendo que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira. Segundo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Artigo 29 (LDB), tem “[...] como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil é oferecida em creches e pré-escolas, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada ou parcial (mínimo de quatro horas diárias), regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

É dever de o Estado garantir a sua oferta pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. É obrigatória a matrícula de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula e as que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil. Não é pré-requisito para matrícula no Ensino Fundamental. As vagas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

Teorias Críticas e Pós-Críticas

A Teoria Crítica, vinculada a autores da Escola de Frankfurt, notadamente Max Horkheimer e Theodor Adorno, compreende que tanto a escola como a educação em si são instrumentos de reprodução e legitimação das desigualdades sociais propriamente constituídas no seio da sociedade capitalista. Nesse sentido, o currículo estaria atrelado aos interesses e conceitos das classes dominantes, não estando diretamente fundamentado no contexto dos grupos sociais subordinados. Assim sendo, a função do currículo, mais do que um conjunto coordenado e ordenado de matérias, seria também a de conter uma estrutura crítica que permitisse uma perspectiva libertadora e conceitualmente crítica em favorecimento das massas populares.

As práticas curriculares, nesse sentido, eram vistas como um espaço de defesa das lutas no campo cultural e social. Já as teorias curriculares pós-críticas emergiram a partir das décadas de 1970 e 1980, partindo dos princípios da fenomenologia, do pós-estruturalismo e

dos ideais multiculturais. Assim como as teorias críticas, a perspectiva pós-crítica criticou duramente as teorias tradicionais, mas elevaram as suas condições para além da questão das classes sociais, indo direto ao foco principal: o sujeito.

Desse modo, mais do que a realidade social dos indivíduos, era preciso compreender também os estigmas étnicos e culturais, tais como a raça, o gênero, a orientação sexual e todos os elementos próprios das diferenças entre as pessoas. Desta forma, a sua função é a de se adaptar ao contexto específico dos estudantes para que o aluno compreendesse nos costumes e práticas do outro uma relação de diversidade e respeito. Além do mais, passou a considerar a ideia de que não existe um conhecimento único e verdadeiro, sendo esse uma questão de perspectiva histórica, ou seja, que se nos transforma diferentes tempos e lugares.

Pedagogia Histórico-Crítica

A pedagogia histórico-crítica defende que o “homem não nasce sabendo ser homem, para saber pensar e sentir, para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica em trabalho educativo”. Portanto não é qualquer saber que interessa à educação, mas aquele saber que é “resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo, o saber objetivo produzido historicamente”. A pedagogia histórico-crítica postula que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1994, p.17).

Desta forma Saviani destaca que o saber a ser trabalhado pela escola “é o saber metódico, sistemático, científico, elaborado que passa a predominar sobre o saber espontâneo, natural, assistemático” (SAVIANI, 1994, p.18). Neste sentido assume a defesa do trabalho do professor no processo da transmissão do saber historicamente acumulado pela humanidade. O trabalho da escola nesta perspectiva é a conversão do saber objetivo em saber escolar o que possibilitará aos alunos a assimilação do conhecimento.

Psicologia Histórico-Cultural

A psicologia histórica cultural que ancora seus fundamentos na escola de Vigotski no mesmo sentido que a pedagogia histórico-crítica postula o papel fundamental do professor no processo de mediação para a aprendizagem do aluno. Afirma que o bom ensino é aquele que se antecipa ao desenvolvimento. Portanto, o trabalho do professor é ensinar aquilo que

a criança não é capaz de fazer sozinha. Assim, o professor organiza o ensino através do trabalho com os conteúdos escolares e utilizando-se de diferentes estratégias metodológicas possibilitará à criança o avanço em seu nível de aprendizagem a patamares cada vez mais superiores. Portanto, para a psicologia histórico-cultural a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento (FACCI, 2004).

Em seus estudos Vigotski constata que o desenvolvimento cultural da criança ocorre em duas dimensões, em primeiro lugar como função interpsicológica, ou seja, nas relações interpessoais, e depois como função intrapsicológica, isto é, como função já interiorizada pela criança. Constata ainda que as funções psicológicas superiores se criam no coletivo, nas relações com os outros homens (FACCI, 2004). O trabalho do professor nesta perspectiva é o de organizar o ensino de forma a promover a aprendizagem dos conteúdos sistematizados pela humanidade o que possibilita o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Portanto, na psicologia histórico-cultural como na pedagogia histórico crítica o professor como “mediador social” ocupa papel fundamental no processo educativo, ele organiza o ensino de forma a promover o desenvolvimento do estudante através dos “mediadores culturais” que se apresentam na forma dos conteúdos escolares (SFORNI, s/d).

Fundamentos Legais da Educação Infantil

De acordo com o Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, (LDB,1996 Edição atualizada de março de 2017), tendo em vista que a Educação Infantil precisa cumprir essa missão, tornando essencialmente satisfatórios seus espaços, tempo e ações.

Nessa perspectiva, é importância a consciência de cada profissional da Educação Infantil de que a Proposta Curricular deve ser norteadora para que as Instituições de Educação Infantil concretizem Projetos Pedagógicos voltados para a identidade da criança. Assim, levando em consideração os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil, as Competências Gerais da Base Nacional comum Curricular, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil, bem como os Campos de Experiências da Educação Infantil e os Eixos Norteadores: Interação e Brincadeira” (BNCC).

Dessa forma as Instituições de Educação Infantil têm papel fundamental nas ações que construam vivências lúdicas, pedagógicas, bem como, no desenvolvimento da autoconfiança, autonomia, independência, autoestima, autoconceito, cooperação, solidariedade e responsabilidade das crianças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil de 2009 estabelecem princípios de educação e cuidado, fundamentos e procedimentos orientadores dos currículos de educação infantil por meio de interações e brincadeiras, considerando a criança como centro do planejamento escolar, sujeito histórico e de direitos.

Vale ressaltar que as instituições de Educação Infantil são um instrumento importante de participação e disseminação cultural. Ou seja, é um espaço de vivência em que profissionais especializados promovem ações educativas comprometidas com o desenvolvimento e aprendizagem da criança, onde o brincar lhe possibilita criar situações cotidianas que favoreçam a construção de sua identidade, da imagem de si mesma e do mundo em que a rodeia.

Segundo Wallon, Piaget e Vigotski, a criança ao experimentar diversas vivências realiza aprendizagem que contribuem para o desenvolvimento de funções sócias e cognitivas. Na perspectiva da interação social defendida pelos autores acima mencionados. Dessa forma, na Educação Infantil, a concepção que vincula aos bebês, as crianças bem pequenas e crianças pequenas é “o educar e o cuidar”.

Assim, a legislação brasileira, diz-se que, a criança pequena é um cidadão que possui direitos fundamentais como o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e a dignidade, para o pleno desenvolvimento de sua personalidade e, estes são resguardados pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Especificamente a legislação educacional, LDBEN (1996).

Sujeito da Educação Infantil e seus Direitos

Os sujeitos da Educação Infantil são crianças que possuem idades de 0 a 5 anos e 11 meses, sendo que essa modalidade de ensino divide-se em duas: Creche e Pré – Escola. Onde as creches são contempladas para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, sendo que as crianças que tem de (0-1 a 6m), são chamadas de bebês; já as que possuem, (1- a 7 m- 3 a - 11m), são chamadas de crianças bem pequenas. Enquanto os sujeitos da Pré-Escola são crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, senda que as mesmas são chamadas de Crianças pequenas. De acordo com a LDB e BNCC. Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo

com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: (Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer), para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver. (BNCC).

Nessa perspectiva, a criança deve ser o centro do planejamento da Educação Infantil, pois a mesma é sujeito histórico que desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e estabelecidas, com os adultos e crianças de diferentes idades, nos grupos e contextos culturais nos quais a insere.

Concepção de Currículo

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) foram amplamente divulgados em 1998, tendo como objetivo orientar e fornecer referências sobre as ações pedagógicas desta etapa, sendo este documento reforçado após a edição e promulgação dado pela Resolução Nº 1 de 7 de abril de 1999, dando poder de orientar as instituições que oferecem educação infantil dos sistemas nacionais de ensino, tanto no que diz à articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas.

A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, visa cumprir a missão de educar ofertando condições para a criança se desenvolver, crescer e se tornar cidadã do mundo.

Garantir uma Base Curricular Comum para a educação infantil, além de assegurar uma exigência legal, evidencia o entendimento de que a criança é um sujeito social e histórico que se desenvolve através da interação com o outro, ela é “a origem e o centro de toda atividade escolar” (TEIXEIRA apud MOREIRA, 2010).

O Art. 29 da LDBEN, alterado pela lei complementar Nº 12.796/2013, assegura que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade e onze meses, em seus aspectos físicos, intelectual afetivo, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade, favorecendo a construção do conhecimento, respeitando as suas diferenças e as suas particularidades, cumprindo assim, duas funções indissociáveis a esta etapa: a do cuidar e educar.

Com as novas diretrizes da BNCC para a educação infantil, tem-se o fortalecimento da ação integral da escola como um espaço vivo, em movimento e democrático em que a criança tenha e exerça, em pleno direito, o desenvolvimento de todos os campos da vida humana e que este espaço haja educativamente para superar todo tipo de opressão, discriminação, respeitando as diferenças, a pessoa humana, principiando-se em valores éticos de liberdade e igualdade.

Assim, compreende-se que o desafio permanente é articular os direitos de aprendizagem e os campos de experiências expressos na BNCC, assegurando nesta etapa o acesso, a permanência e o sucesso deste aluno, visando o alcance das dez competências gerais propostas ao longo da Educação Básica.

Para o alcance deste objetivo, o trabalho pedagógico nesta etapa deve estar alinhado aos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC. Precisa ser assegurado o desenvolvimento dos seis direitos de aprendizagem na educação infantil para que as crianças tenham condições de se desenvolver integralmente e possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Essa autonomia vai se concretizando através da apropriação de objetivos de aprendizagens e habilidades que os educandos vão trabalhando em sala de aula. Articulada a plenitude desse processo educacional tenta articular-se com as competências gerais da BNCC descritas a seguir:

- 1 – Conhecimento
- 2 – Pensamento científico, crítico e ser criativo
- 3 – Repertório cultural
- 4 – Comunicação
- 5 – Cultura digital
- 6 – Trabalho e projeto de vida
- 7 – Argumentação
- 8 – Autoconhecimentos e autocuidado
- 9 – Empatia e cooperação
- 10 – Responsabilidade e cidadania.

As competências gerais têm a ver com o resultado final que se espera ao fim de todo o conjunto que forma a BNCC. Por isso o trabalho pedagógico com os estudantes precisa ter caráter global e essas competências devem ser interligadas. Dessa forma não podemos prepará-los para uma competência só. Essa integração das competências acontece pela contextualização dos

conteúdos, pois essas estratégias relacionam o que é ensinado com as competências a serem aprendidas.

Nesse sentido, as competências gerais contribuem para o currículo da educação infantil à medida que desenvolvem os objetivos de aprendizagens relacionados aos direitos. Tudo funciona como um espiral que vai se desenvolvendo ao longo do processo e na prática pedagógica isso acontece quando o professor consegue fazer e executar um planejamento com foco nos objetivos de aprendizagens, pois assim o professor sabe aonde quer chegar e não trabalha desordenadamente.

Os objetivos de aprendizagens se transformam em ação no trabalho pedagógico e estas ações devem prever resultados de acordo com os direitos de aprendizagem. Dessa forma, as competências gerais se concretizam no chão da escola.

O objetivo primordial na Educação Infantil compreende as aprendizagens, habilidades e conhecimentos nos diversos campos de experiências, não esquecendo que para gerar o aprendizado e o desenvolvimento, as interações e as brincadeiras não se constituem isoladamente, mas sim nos diferentes grupos etários na etapa da Educação Infantil.

Avaliação Ensino Aprendizagem

Sobre a avaliação na Educação Infantil, as DCNEI alertam que as instituições devem “criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (BRASIL, 2010^a p.29). Esta ideia reafirma o que já havia estabelecido a LDB, no art.31, Seção II: a avaliação fará – se- á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Avaliação na educação infantil tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da criança e identificar a evolução das habilidades.

Desse modo, para a Instituição o processo de avaliar na Educação Infantil precisa considerar o percurso trilhado por cada criança a evolução conforme a particularidade de cada uma, sem julgamentos, notas ou rótulos.

A coleta de dados sobre o desenvolvimento da criança é breves resumos do que se observou e anotou. Apoiado em um roteiro discursivo-avaliativo com os conteúdos trabalhados. Nele será registrado como cada criança se desenvolveu: suas conquistas,

avanços, modos de superação de dificuldades, também registra a necessidade da intencionalidade educativa e do acompanhamento da prática.

Os educadores observam e acompanham tudo que é realizado por cada educando durante o semestre. Ao final, o registro destas observações é desenvolvido um relatório, (RDIC) Desenvolvimento Individual do Aluno.

O resultado das observações e o registro serão apresentados ao responsável da criança, semestralmente, ou sempre que se fizer necessário. Para o acompanhamento do desenvolvimento da criança.

As reuniões são semestrais onde os professores entregam o relatório (RDIC) aos responsáveis para leitura e ciência do desenvolvimento do filho.

Esta instituição promove formação continuada aos seus colaboradores, realiza reuniões periódicas com a equipe pedagógica, professores, coordenador a fim de melhor elaborar os relatórios avaliativos das crianças. Avaliar é uma ação indispensável para compreender, validar ou redimensionar o trabalho pedagógico.

A intencionalidade da educação infantil consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção cinética. Desta forma, o currículo da educação infantil do Estado do Distrito Federal está organizado em campos de experiência, objetivos de aprendizagem e período de transição para o ensino fundamental.

Direitos de Aprendizagem da Educação Infantil

As Crianças brasileiras possuem diversas características que separam e se diferenciam entre si. Negros, brancos, amarelos, pardos, surdos ou ouvintes, indígenas, quilombolas, com “lócus” diferenciados vivem na cidade ou no campo, nos bairros e cada uma delas detentora de direitos, de acesso à educação.

A BNCC elege três faixas etárias que reordenam de forma pedagógica e lúdica as ações integradas de escola e família, a saber: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Desta forma o documento soma-se às realidades, necessitando de atualização em projetos políticos pedagógicos, plano estadual e municipal de educação. Este documento inicia uma nova trajetória e representa um marco na garantia de direitos das crianças do Brasil.

Na educação infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras e, como direitos de aprendizagens: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. As crianças têm vontades e interesses, necessitam de um ambiente de convivência onde elas possam se expressar e vivenciar suas experiências e se conhecer melhor.

No quadro a seguir, explica-se como o currículo da educação infantil do DF está estruturado e conectado com os ideais de criança e de educação.

Quadro I – Direitos de Aprendizagem da Educação Infantil

Direitos de Aprendizagem	Ação de Vivências
Conviver	Com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
Brincar	Cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com crianças e adultos, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
Participar	Ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
Explorar	Movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
Expressar	Como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se	E construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e
-------------	---

Fonte: (BRASIL 2017, p. 36)

Dessa forma, a educação infantil tem como foco um padrão de qualidade e garantia de direitos que se viabilizam pela articulação das competências gerais com os campos de experiências, direitos de aprendizagens e eixos norteadores, definidas pela Base Nacional Comum Curricular.

De acordo a Lei nº 12.796, de 2013, Art. 31, a educação infantil será organizada seguindo os seguintes princípios:

- Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Nesse sentido, a BNCC define que a educação infantil será organizada atendendo as faixas etárias de 0 a 1 ano e 6 meses de idade; de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e de 4 a 5 anos de idade.

A BNCC organiza a Educação Infantil por grupos etários e não mais por creche e pré-escola. A pré-escola compreende a faixa etária de crianças pequenas de 4 a 5 anos e 11 meses.

A creche passa a ser identificada pelos bebês com idade de zero a 1 ano e 6 meses de idade e também pelas crianças bem pequenas com 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses.

A educação infantil precisa de uma estrutura para atender as crianças de acordo com a organização dos níveis e faixa etária.

Necessitam de um espaço físico visto como um ambiente que possibilita e contribui para a vivência e a expressão das culturas infantis como os jogos, brincadeiras, músicas, histórias que expressam as especificidades da criança. Por isso deve-se organizar um ambiente adequado à proposta pedagógica da instituição, que possibilite à criança a realização de explorações, interações e brincadeiras, garantindo-lhe identidade, segurança, confiança, interações socioeducativas e privacidade, promovendo oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral.

A rotina das instituições de educação infantil traz atividades planejadas pelos professores que lidam com o espaço e o tempo a todo o momento. Dessa forma, as instituições de ensino devem apoiar os professores na organização desses espaços, organização do tempo de brincar, de tomar banho, de se alimentar e de repousar.

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades.

É importante que o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67).

Dessa forma, os olhares dos professores para organizar esses espaços e o tempo das atividades da educação infantil precisam da atenção dos gestores porque eles são muito importantes no sentido de proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento da prática pedagógica na etapa da educação infantil. A sistemática de avaliação na educação infantil é processual, por isso ela acontece no dia a dia, durante o período de aprendizado e desenvolvimento da criança. Para isso, as escolas de educação infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de reprovação, seleção, promoção ou classificação.

Devem garantir a observação das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano, utilizando-se de registros realizados pelos professores como relatórios, fotografias, desenhos e álbuns.

Os professores observarão a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos vividos pelas crianças.

As escolas de educação infantil terão documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição com as crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na educação infantil. Nessa etapa de educação as crianças não ficam retidas (Res CNE/CEB nº 5/2009, art. 10).

Dessa forma, a avaliação na educação infantil se dá principalmente pela observação sistemática, registro em portfólio ou caderno de anotações e relatório.

Princípios da Educação Integral

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Este apoio busca assegurar o direito à proteção e ao pleno desenvolvimento a que fazem jus as crianças, de acordo com o art. 2º da Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742, de 07 de setembro de 1993, o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, além das Diretrizes Curriculares Nacionais - 2010, Currículo da Educação Infantil, Base Nacional Comum Curricular, Orientações à Rede Pública de Ensino e a Constituição Federal.

Para cumprir esta tarefa, é necessário compreender as articulações entre a educação e o desenvolvimento individual, de modo a valorizar esses elementos na busca de uma formação integral das crianças.

Para a Creche Tia Nair Unidade I do Paranoá, a principal fonte de humanização e de transformação social é a educação. Com base nesta premissa, pretende apoiar as crianças, cujas famílias são da região administrativa do Paranoá, Paranoá Parque, Itapoã, Itapoã Parque e regiões próximas do Paranoá DF, por meio da educação infantil em tempo integral.

O Centro de Educação Infantil Tia Nair, organiza sua prática pedagógica na execução das ações de Integralidade. A educação integral é um espaço privilegiado para se repensar o papel da educação no contexto contemporâneo, pois envolve o grande desafio de discutir o conceito de integralidade. É importante dizer que não se deve reduzir a educação integral a um simples aumento da carga horária do aluno na escola.

A Instituição entende que a integralidade deve ser entendida a partir da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, considerando que a aprendizagem se dá ao longo da vida por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

A Instituição adota políticas públicas de diferentes campos, em que os projetos sociais, econômicos, culturais e esportivos sejam articulados, buscando potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.

Pensando no princípio da Transversalidade, a Instituição garante ao aluno uma Educação Integral que pressupõe a aceitação de muitas formas de ensinar, considerando os diversos conhecimentos que os alunos trazem de fora da escola. A transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade.

Para que possamos ter uma educação integral de qualidade é necessário que tenhamos um diálogo entre escola e comunidade, pois é necessário que transformemos a escola num espaço comunitário, legitimando-se os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida.

Precisamos entender que a escola configura um laboratório de aprendizagem, pois entendemos que a educação vai além dos muros da escola. O CEI Tia Nair organiza atividades e projetos a fim de inserir a comunidade nos projetos educacionais. Entendemos que o processo educativo precisa ser trabalhado em conjunto, com troca de informações, experiências, objetivando uma aprendizagem significativa para a criança.

11- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

Marcos Legais

A política da educação infantil ganhou força que sustenta a sua implementação a partir dos anos 1990. Nesse período foi promulgada a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996). Essa Lei apresenta a necessidade de um currículo que traz a sua composição por área, faixa etária e eixo.

Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30 – A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31 – Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (Lei nº 9.394/1996).

A educação integral já é prerrogativa na LDB, pois reforça nossa intencionalidade de implementar um currículo com foco em uma educação plena para as escolas piauienses. Dessa forma, fica evidente que a educação infantil é uma oportunidade para o pleno desenvolvimento do educando.

A legislação supracitada define também a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Assim fica assegurado que a criança de 0 a 5 anos e 11 meses de idade tem direito a ser matriculada em creches e pré-escolas, ficando claro o compromisso da educação infantil em desenvolver uma educação de qualidade de forma plena.

Na década de 2000 foi fortalecida essa legislação educacional para a educação infantil com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, DCNEI, que reforça a articulação da EI como etapa integrante da educação básica e define um currículo para essa etapa educacional.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009, Art. 3º).

A contextualização do processo educacional é um aspecto que fica evidente nessa concepção de currículo proposta pelas DCNEI que é reforçada pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI, ao defender a implementação de propostas pedagógicas compatíveis com as especificidades de cada região do país.

Essa legislação é compatível com o que determina a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), sobre os direitos educacionais da criança e do adolescente.

Plano de Ação da Educação Infantil e o Currículo do Distrito Federal – BNCC

A educação infantil integra a Educação Básica sendo a primeira etapa desse processo educacional. Com isso, o Ensino Fundamental também passou por adequações ampliando-se para nove anos. Dessa forma, o currículo da educação infantil pode contribuir para uma visão sistêmica da educação integrando-se com os Anos Iniciais do ensino fundamental. Para isso é preciso tornar efetiva a progressão de uma etapa para outra através da continuidade e transição educativa como articulação curricular.

Para Serra (2004), a sequência educacional se refere à maneira como estão organizados os saberes, de forma sequenciada e organizada ao longo dos vários níveis e etapas no processo educacional, considerando o desenvolvimento e aprendizagens das crianças. Essa progressão entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental não se reduz à sobreposição de uma etapa em relação à outra, nem mesmo que a Educação Infantil seja uma preparação para o ensino fundamental. Nesse sentido, os professores precisam trabalhar de maneira consciente a efetividade desse processo progressivo.

O processo sistemático de ensino induz ao discente uma mudança em sua vida, na capacidade de pensar, refletir e compreender. Essa relação subjetiva que o aluno adquire conduz a uma capacidade maturacional constituída no dia a dia, mediada pelos estímulos.

A Educação Infantil como etapa inicial, prepara o discente para o processo de ensino, fomentando sua autonomia, interação e socialização, como instrumento de conduzir o aluno ao convívio em espaço social e escolar. Pensa, nesse primeiro momento, na transição da criança se inserindo em um mundo novo, pessoas novas, que parece ser muito difícil. O processo de adaptação às novas ações e comportamentos sem sombra de dúvida vai

necessitar de um grande esforço dos educadores para a construção do vínculo bem construído e amenizar o sentimento de medo e angústia da criança.

Na primeira fase de transição, muito mais que adaptação, será um momento de inserção da criança na instituição. Gradativamente ela vai construindo confiança e vínculo com o professor, aprendendo a lidar com a ausência e a presença da família, iniciando a construção de novos vínculos. A mudança de uma etapa para outra na Educação Infantil sempre acontece mediante a preparação da criança para cada etapa seguinte. A autonomia da criança vai acontecendo desde quando ela aprende a conhecer e reconhecer de forma contínua os objetos e ações didáticas trabalhadas.

Essa progressão deve ser monitorada pelos professores através de portfólios, registros e observações das aprendizagens das crianças de maneira contínua, pois é preciso um encadeamento, ou seja, uma sequência lógica no colhimento construído pelas crianças.

Para garantir que os objetivos de aprendizagens priorizem as interações e brincadeiras, os professores precisam sempre retomá-los para ter certeza que as experiências que eles propõem às crianças contemplam tais objetivos. As estratégias para garantir o sucesso dos trabalhos com foco no alcance desses objetivos devem contemplar a roda de conversa, a convivência com outras crianças para brincar e interagir. As crianças devem escolher as atividades favoritas para brincar livremente e explorar os materiais, dentre outras estratégias que viabilizem o trabalho dos professores.

O currículo do Distrito Federal reconhece que a Educação Infantil é uma etapa essencial e avança no sentido de que a criança deve estar no centro do processo de aprendizagem. O referido documento leva os professores a olhar para as particularidades das crianças, nas três faixas etárias, onde deverão se apropriar do conhecimento e de novas experiências.

As atividades nas creches e nas instituições de ensino precisam ganhar uma nova dinâmica objetivando reforçar a relação de afeto e confiança entre professores e crianças. De acordo com a BNCC o Currículo de Educação Infantil do Distrito Federal alinha-se aos 6 (seis) direitos de aprendizagens e aos 5 (cinco) campos de experiências que estão na BNCC. Dessa forma, o planejamento dos professores precisa estar alinhado a esses direitos e campos de experiências. Nesse sentido, o currículo apresenta uma nova organização que coloca a criança como centro e protagonista do processo de ensino aprendizagem. Esse novo

currículo traz conceitos importantes como cuidar e educar com foco nas potencialidades e experiências de cada criança.

Com a implementação da BNCC, e com o currículo da EI nas escolas, vem junto as transformações e perspectivas do mundo contemporâneo. Com isso, a escola também precisa se atualizar, pois a sociedade exige uma nova forma de trabalhar o processo ensino aprendizagem com foco em campos de experiências e direitos de aprendizagem, possibilitando a construção da autonomia dos estudantes.

Além da reprodução, numa escala ampliada das múltiplas habilidades nas quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente(MÉSZÁROS,1981, p.260).

A educação não se desenvolve na fragmentação de conteúdos e na memorização. Atualmente a escola deve pautar seus trabalhos nas transformações do mundo e na contextualização da comunidade escolar. Entretanto, é imprescindível que haja no contexto da escola, espaços educativos que atendam as demandas através das interações e brincadeiras necessárias a essa etapa de ensino.

Essa progressão entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental não se reduz à sobreposição de uma etapa em relação a outra, nem mesmo que a Educação Infantil seja uma preparação para o ensino fundamental. Nesse sentido, os professores precisam trabalhar de maneira consciente a efetividade desse processo progressivo.

O processo sistemático de ensino induz ao discente uma mudança em sua vida, na capacidade de pensar, refletir e compreender. Essa relação subjetiva que o aluno adquire conduz a uma capacidade maturacional constituída no dia a dia, mediada pelos estímulos.

A Educação Infantil como etapa inicial, prepara o discente para o processo de ensino, fomentando sua autonomia, interação e socialização, como instrumento de conduzir o aluno ao convívio em espaço social e escolar. Pensa, nesse primeiro momento, na transição da criança se inserindo em um mundo novo, pessoas novas, que parece ser muito difícil.

O processo de adaptação às novas ações e comportamentos sem sombra de dúvida vai necessitar de um grande esforço dos educadores para a construção do vínculo bem construído e amenizar o sentimento de medo e angústia da criança. Na primeira fase de transição, muito mais que adaptação, será um momento de inserção da criança na instituição.

Gradativamente ela vai construindo confiança e vínculo com o professor, aprendendo a lidar com a ausência e a presença da família, iniciando a construção de novos vínculos.

A mudança de uma etapa para outra na Educação Infantil sempre acontece mediante a preparação da criança para cada etapa seguinte. A autonomia da criança vai acontecendo desde quando ela aprende a conhecer e reconhecer de forma contínua os objetos e ações didáticas trabalhadas.

Essa progressão deve ser monitorada pelos professores através de portfólios, registros e observações das aprendizagens das crianças de maneira contínua, pois é preciso um encadeamento, ou seja, uma sequência lógica no colhimento construído pelas crianças.

Para garantir que os objetivos de aprendizagens priorizem as interações e brincadeiras, os professores precisam sempre retomá-los para ter certeza que as experiências que eles propõem às crianças contemplam tais objetivos. As estratégias para garantir o sucesso dos trabalhos com foco no alcance desses objetivos devem contemplar a roda de conversa, a convivência com outras crianças para brincar e interagir. As crianças devem escolher as atividades favoritas para brincar livremente e explorar os materiais, dentre outras estratégias que viabilizem o trabalho dos professores. Com a implementação da BNCC, e com o currículo da EI nas escolas, vem junto as transformações e perspectivas do mundo contemporâneo.

Com isso, a escola também precisa se atualizar, pois a sociedade exige uma nova forma de trabalhar o processo ensino aprendizagem com foco em campos de experiências e direitos de aprendizagem, possibilitando a construção da autonomia dos estudantes.

Além da reprodução, numa escala ampliada das múltiplas habilidades nas quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente. (MÉSZÁROS, 1981,p.260).

A educação não se desenvolve na fragmentação de conteúdos e na memorização. Atualmente a escola deve pautar seus trabalhos nas transformações do mundo e na contextualização da comunidade escolar. Entretanto, é imprescindível que haja no contexto da escola, espaços educativos que atendam as demandas através das interações e brincadeiras necessárias a essa etapa de ensino.

Essa progressão entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental não se reduz à sobreposição de uma etapa em relação a outra, nem mesmo que a Educação Infantil seja uma

preparação para o ensino fundamental. Nesse sentido, os professores precisam trabalhar de maneira consciente a efetividade desse processo progressivo.

O processo sistemático de ensino induz ao discente uma mudança em sua vida, na capacidade de pensar, refletir e compreender. Essa relação subjetiva que o aluno adquire conduz a uma capacidade maturacional constituída no dia a dia, mediada pelos estímulos.

A Educação Infantil como etapa inicial, prepara o discente para o processo de ensino, fomentando sua autonomia, interação e socialização, como instrumento de conduzir o aluno ao convívio em espaço social e escolar. Pensa, nesse primeiro momento, na transição da criança se inserindo em um mundo novo, pessoas novas, que parece ser muito difícil. O processo de adaptação às novas ações e comportamentos sem sombra de dúvida vai necessitar de um grande esforço dos educadores para a construção do vínculo bem construído e amenizar o sentimento de medo e angústia da criança.

Na primeira fase de transição, muito mais que adaptação, será um momento de inserção da criança na instituição. Gradativamente ela vai construindo confiança e vínculo com o professor, aprendendo a lidar com a ausência e a presença da família, iniciando a construção de novos vínculos. A mudança de uma etapa para outra na Educação Infantil sempre acontece mediante a preparação da criança para cada etapa seguinte. A autonomia da criança vai acontecendo desde quando ela aprende a conhecer e reconhecer de forma contínua os objetos e ações didáticas trabalhadas.

Essa progressão deve ser monitorada pelos professores através de portfólios, registros e observações das aprendizagens das crianças de maneira contínua, pois é preciso um encadeamento, ou seja, uma sequência lógica no colhimento construído pelas crianças.

Para garantir que os objetivos de aprendizagens priorizem as interações e brincadeiras, os professores precisam sempre retomá-los para ter certeza que as experiências que eles propõem às crianças contemplam tais objetivos. As estratégias para garantir o sucesso dos trabalhos com foco no alcance desses objetivos devem contemplar a roda de conversa, a convivência com outras crianças para brincar e interagir. As crianças devem escolher as atividades favoritas para brincar livremente e explorar os materiais, dentre outras estratégias que viabilizem o trabalho dos professores.

Com a implementação da BNCC, e com o currículo da EI nas escolas, vem junto as transformações e perspectivas do mundo contemporâneo. Com isso, a escola também precisa

se atualizar, pois a sociedade exige uma nova forma de trabalhar o processo ensino aprendizagem com foco em campos de experiências e direitos de aprendizagem, possibilitando a construção da autonomia dos estudantes.

Além da reprodução, numa escala ampliada das múltiplas habilidades nas quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente (MÉSZÁROS, 1981,p.260).

A educação não se desenvolve na fragmentação de conteúdos e na memorização. Atualmente a escola deve pautar seus trabalhos nas transformações do mundo e na contextualização da comunidade escolar. Entretanto, é imprescindível que haja no contexto da escola, espaços educativos que atendam as demandas através das interações e brincadeiras necessárias a essa etapa de ensino.

12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Respaldado na Lei 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Currículo em Movimento do Distrito Federal o CEI Tia Nair adotará em suas programações curriculares, conteúdos nas dimensões conceituais, procedimentos e atitudinais.

Conceituais - Referem a construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem organizar a realidade.

Procedimentais - Os procedimentos expressam o saber fazer que envolve, uma série de decisões e realizar uma série de ações de forma ordenada e não aleatória para atingir uma meta.

Atitudinais- Valores e atitudes não foram durante muito tempo objeto de atenção da escola, em parte devido á complexidade do assunto, em parte pelo caráter privado desses aspectos. Os valores estão presentes em vários momentos do cotidiano escolar e da vida dos alunos. Não podemos impor determinados valores aos estudantes, mas estimular sua reflexão, de modo que esses valores e atitudes não surjam, por assim dizer, “Do nada”, mas sejam frutos de uma reflexão e possam produzir atitudes cotidianas conscientes.

A Educação Infantil com base na LDBEN nº 9394/96, art. 29, tem por finalidade o desenvolvimento da criança em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual, social e religioso, complementando a ação da família e da comunidade.

Para a Educação Infantil, o nº mínimo é de 200 (duzentos) dias letivos, previsto no calendário escolar, assegurando no mínimo 04 (quatro) horas diárias e 800 horas/anuais de efetivo trabalho. Acreditando que a proposta educacional para a primeira infância efetivamente contribui para o processo através do qual as crianças vão se constituindo como sujeitos singulares e históricos o currículo da EDUCAÇÃO INFANTIL procura criar situações que permitam à criança: cantar, correr, brincar, ouvir, observar objetos, manipular massinha e outros materiais, desenhar, pintar, dramatizar, imitar, jogar, mexer com água, empilhar blocos, passear, recortar, saltar, bater palmas, movimentar-se de lá para cá, ao conhecer o ambiente a sua volta, ao interagir amplamente com seus pares, ao memorizar cantigas, ao dividir o lanche, escrever seu nome, ouvir músicas, dançar, contar, entre outras ações.

Para tanto, é necessário propiciar à criança oportunidades de experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor permitindo a criança ser independente, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas tentativas.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, visa o pleno desenvolvimento da criança, intencionalizando a preparação para a vida escolar. Para que este direito seja efetivado em sua totalidade, faz-se necessário o atendimento a esta prerrogativa peculiar, considerando as especificidades desta faixa etária, onde o educar e o cuidar devem acontecer de maneira interativa, síncrona e por meio de brincadeiras, vivenciando campos de experiências com vistas a desenvolver os direitos de aprendizagens.

Dessa forma, deve estar interligada com o Ensino Fundamental, pois todo processo de educação básica segue um fluxo sequenciado que tem a Educação Infantil como alicerce para a qualidade da educação. Portanto, esse tempo próprio da criança é o período necessário de preparação para a construção de conceitos a serem assimilados no processo de alfabetização.

A proposta do currículo segue recomendação da Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017, tem como norte uma reflexão e construção acerca dos meios e fins de uma proposta inovadora e dinâmica, respeitando a diferença, diversidade, cultura e o espaço sócio histórico. É importante apresentar como se estrutura o componente da educação infantil no currículo do Distrito Federal.

De acordo com Brasil (2015, p. 9), já se reconhece que as crianças têm suas necessidades, têm seus processos físicos, cognitivo, emocionais e características individuais – sexo, idade, etnia, raça e classe social – e têm seus direitos e deveres.

Nesta perspectiva, percebe-se que, atualmente, as individualidades devem ser observadas e consideradas para que se tenha a oportunidade de desenvolver uma educação de qualidade, de maneira integral e plena.

12.1- A Organização dos Tempos e Espaços

A BNCC define Cinco Campos de Experiência para a Educação Infantil, que indicam quais são as experiências fundamentais para que a criança aprenda e se desenvolva. Tais Campos expressam noções, habilidades, atitudes, valores e afetos que as crianças devem desenvolver dos 0 aos 5 anos e onze meses, e também buscam formas de garantir os direitos de aprendizagem das crianças. Nesse sentido, o conhecimento vem com a experiência que cada criança vai viver no ambiente escolar.

Dessa forma, recomendamos estratégias que envolvam interações e brincadeiras considerando as experiências das crianças. Essas estratégias podem se expressar em forma de roda de conversas, dança, música ressaltando o valor das diversas culturas, brincadeiras de faz de conta pelas quais as crianças expressam o cotidiano ou o mundo da fantasia interagindo com as narrativas literárias, leitura de historinhas e de imagens, percepção de espaço, relação com o tempo, dentre outras.

A educação infantil tem como desafios trabalhar os cinco campos de experiências considerando a cultura e o processo histórico da vida das crianças. Pois esse trabalho pedagógico exige articulação dos saberes locais para poder garantir o alcance dos direitos de aprendizagens e a apropriação das habilidades esperadas.

Consideramos, ainda, que esse trabalho exige uma mudança na prática pedagógica dos professores, pois os mesmos estão acostumados a trabalhar com uma rotina que aborda conteúdos, enquanto essa proposta curricular, de acordo com a BNCC, recomenda uma prática com base em interações e brincadeiras, desenvolvida com foco em garantir cinco direitos de aprendizagens e alcançar seus objetivos através do trabalho com os campos de experiências. Isso é um desafio porquê exige planejamento articulado e intencional sabendo aonde e como se quer chegar.

Segue os desafios da integralidade entre os campos de experiências e seus objetivos de aprendizagem. Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver:

A - O eu, o outro e o nós (EO)

A relação interativa da criança no modo de agir sobre o mundo com adultos e outras crianças proporcionam desenvolvimento e aprendizagem conforme a BNCC 2017, as primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais.

Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

B - Corpo, Gestos e Movimentos (CG)

Esse segundo campo de experiência também podemos considerar como forma de expressão. A BNCC/2017 explica que no corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço, os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.

Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física.

C - Traços, Sons, Cores e Formas (TS)

A diversidade do ser humano é muito rica, cada um com sua individualidade apresenta características únicas sobre isso (BNCC/2017). Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras.

D - Escuta, Fala Pensamento e Imaginação (EF)

A criança ao nascer já desenvolveu inatamente atividades reflexas que permitiram a sua garantia no mundo. Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem (BNCC/2017). As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.

E - Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações (ET)

A vivência em espaços e tempos permite à criança vivenciar experiências diversificadas (BNCC/2017), as crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socio-culturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.).

12.2- Relação Escola-Comunidade

O papel da escola é socializar o conhecimento seu dever é atuar na formação moral dos alunos, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento o indivíduo como cidadão. A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se prepara para

realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral, sem formação de qualidade a criança poderá ver seus projetos frustrados no futuro.

Os professores e toda a comunidade escolar, a forma de avaliação são transmissores de normas e valores que norteiam e preparam o indivíduo para viver coletividade. Assim, é importante que as questões de vida em sociedade façam parte, com clareza, da organização curricular, levando a ética ao centro de reflexão e do exercício da cidadania.

A convivência deve ser organizada de modo que os conceitos como justiça, respeito e solidariedade que sejam compreendidos, assimilados e vividos, com esse proposto à escola se desafiam a instalar uma atitude crítica, que levará o aluno a identificar possibilidades de reconhecer seus limites nas ações e nos relacionamentos a partir dos valores que os orientam.

Formar uma escola democrática que estão sempre atentos à qualidade do relacionamento entre seus alunos, professores, pais e dirigentes, já que praticam as relações sociais são os melhores mestres em questão e moralidade. Professor a cooperação o diálogo reforçam o respeito mútuo, tão determinante para o convívio democrático, então educador o seu desafio é esta alerta para o conhecimento e as informações que possam orientar os princípios da construção da cidadania na escola.

“Lembre-se está na LDB-Lei Diretrizes e Base Da Educação Nacional que é dever da escola o compromisso de educar os alunos dentro dos princípios democráticos.”

Fazer com que o aluno perceba que há coerência entre esses valores e o que ele espera da vida, então não há dúvida, ele se tornará uma pessoa que se auto- respeita, pelo simples fato de respeitar esses valores. O papel da escola é justamente esse: fazer compreensível o significado dos conceitos das normas e valores, se esforçar para torna-los visíveis, assimilar os valores no seu comportamento ao conscientizá-los na sua relação com os outros alunos afirmando sua autonomia, estabelecer limites ao exercício da liberdade, contribuir para uma convivência democrática.

Desta forma, a escola deve preocupar-se, possibilitando condições para que a sociedade que a abriga ingresse em seu meio, assumindo assim seu compromisso como local de transmissão de saber e construção do conhecimento o papel da escola neste mundo que se transforma, deve estar equilibrado entre uma função sistêmica de preparar cidadãos tanto

para desenvolver suas qualidades como para a vida em sociedade. Ao mesmo tempo, deve exercitar sua função crítica ao estudar os principais problemas que interferem em sua localidade, devendo apontar soluções.

A escola é o espaço da diversidade. Nesse contexto, atende crianças/alunos de diferentes meio sócio cultural, familiares, com experiências, aprendizagens, conceitos, leituras e representações de mundo, de valores, formas de julgamento e de comportamento distintos. Esses alunos não chegaram à escola como folhas em branco, abertas para receberem as marcas de uma formação moral que a escola tem para oferecer (GOERGEN, 2007).

As escolas possuem o compromisso com uma educação que estimule a autonomia dos alunos; que os oriente para o respeito a si mesmo e aos demais, para a solidariedade, para o compromisso com os mais frágeis, que os prepare para respeitar a natureza, ser sensíveis ao multiculturalismo, para fazer o que estiver ao seu alcance com a intenção de trabalhar pela paz e pela igualdade entre os povos e as pessoas. Buscando conhecer a compreensão dos professores sobre o papel da escola na construção de valores sociais e morais dos alunos.

Está ligada à liberdade ou à justiça e a ambas, e identifica-se com o exercício de três gerações de direitos humanos: os civis, os políticos e os sociais. A aquisição de tais direitos de cidadania é progressiva segundo alguns, enquanto, segundo outros, não têm caráter linear e evolutivo. Enquanto na Antiguidade, a ideia de cidadania estava ligada essencialmente à de deveres e, na modernidade, à de direitos, hoje a ideia de cidadania resume a de direitos e deveres: ambos considerados essenciais para que alguém seja membro de uma comunidade.

12.3-Relação Teoria e Prática

Para trabalhar em uma secretaria de Educação, não basta ter domínio de práticas de sala de aula e nem ser um bom gestor. É preciso conhecer sobre Educação e saber da importância de formar os profissionais que trabalham na área, conhecer a realidade da gestão pública, bem como a legislação que a orienta e ainda administrar os recursos financeiros. O secretário (ou dirigente) de Educação é quem faz a gestão das políticas educacionais. Ele coordena e conduz os processos da secretaria, favorecendo que a equipe trabalhe de maneira articulada para consolidar o plano de governo e cumpra o planejamento estratégico estabelecido.

Os especialistas do Conviva, que integram as equipes das secretarias de Educação elegeram algumas das responsabilidades que devem ser tratadas de maneira recorrente e constante. Veja a seguir:

Fazer o raio-x com periodicidade: devem ser realizados diagnósticos internos, dos processos de cada setor da secretaria, e externos, para identificar nas escolas os problemas que precisam ser resolvidos. É essencial analisar profundamente a organização da estrutura administrativa e estudar as políticas que têm sido realizadas nos últimos anos, conhecendo o histórico de trabalho.

Criar planos de ação: com base nos diagnósticos, definir os caminhos para alcançar as soluções, desenhar um cronograma e colocar em prática as ações;

Manter um olhar amplo: atenção para a infraestrutura das escolas, a merenda, o transporte, a relação com a comunidade, o uso dos recursos públicos e a aprendizagem. Afinal, as áreas se complementam;

Trabalhar em parceria: a articulação com outras regionais de ensino e com o governo é essencial para que as ações sejam sustentáveis e cumpram o plano de governo planejado;

Analisar os resultados: estar atento aos indicadores de aprendizagem e planejar ações com todo o quadro de educadores para melhorar o desempenho dos estudantes;

A Cada Novo ano ter um novo Foco. As ações da secretaria devem ser planejadas levando em conta os quatro anos de gestão. Mas esse tempo é suficiente para implementar melhorias ou passa rápido demais? De modo geral, no primeiro ano a secretaria conhece de maneira profunda as necessidades da Educação e planeja os 3 anos seguintes. No segundo ano, implementa as principais iniciativas, articula com outras áreas e com os recursos humanos o que precisa ser feito, como reformas ou construções. No terceiro e no quarto ano, consolida as ações implementadas. Para que os prazos sejam cumpridos, o planejamento e o foco nos prazos são essenciais, mesmo em momentos de crise financeira.

12.4- Metodologias de Ensino

A importância da Educação Infantil na formação de um cidadão é um assunto que deve ser tratado com grande responsabilidade por parte dos educadores, pois é um instrumento transformador da sociedade, e a partir da construção do saber que parte da individualidade de cada criança.

Partindo do pressuposto de que todos que trabalham nas instituições de Educação Infantil participam e promovem aprendizagens e o desenvolvimento integral das crianças, e que os documentos que norteiam e subsidiam as ações na prática pedagógica em sala de aula, devem ser amplamente estudados e conhecidos por todos os profissionais.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) propõe um conjunto de orientações junto às equipes pedagógicas para a efetivação das metodologias de ensino na prática diária; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que determinam os eixos estruturantes da Educação Infantil, portanto o educar e o cuidar, bem como o interagir e o brincar são o foco do trabalho pedagógico ; e o Currículo Em Movimento do Distrito Federal, que contempla também as constantes mudanças sociais, e a partir da homologação da BNCC, surge a necessidade de um novo olhar para o currículo que tem como ponto de partida e suporte prático, a realidade na qual estamos inseridos dentro do Distrito Federal, e amplia o olhar voltado às infâncias constituídas no território distrital, contemplando a diversidade e promovendo a inclusão.

Na Instituição, as metodologias pedagógicas são embasadas na perspectiva crítica e pós-crítica compreendidas nesses pressupostos teóricos, como também na Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica. Tais perspectivas enfatizam a mudança de vida a partir de transformações ocorridas nas pessoas, que se humanizam, sendo modificadas pela cultura e por meio das interações, brincadeiras e nas vivências das práticas sociais. Trabalhando a partir dos eixos estruturantes, direitos de aprendizagem da criança e os campos de experiência.

A partir da brincadeira e da interação as crianças constroem o conhecimento e desenvolvem estruturas, habilidades e competências que serão importantes ao longo de toda a vida. De acordo com a Pedagogia histórico-crítica, “a educação é o ato de produzir em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”(SAVIANI, 1991).

Dentro dessa concepção, a Instituição ressalta que a criança desenvolve suas potencialidades nas relações, enquanto exploram materiais, e participam de experiências diversas, fazendo uso de suas capacidades, através de metodologias pedagógicas que promovam um trabalho individual e interdisciplinar com estratégias dinâmicas e humanizadas. Sempre colocando as crianças como protagonistas do processo ensino-

aprendizagem, levando-os assim ao desenvolvimento de suas habilidades e levem a construção da sua identidade como ser social.

Conforme o Currículo Em Movimento e segundo Vygotsky (2012) “a criança é um ser em constituição e em processo de humanização, pois, ao apropriar-se da cultura acumulada ao longo da história, a criança (re) nasce como ser social”. Dentro desse contexto, a Creche Tia Angelina, atua com uma metodologia pedagógica onde as práticas docentes se desenvolvem de forma integrada a um planejamento e organização das atividades, utilizando estratégias didáticas intencionais e sistematizadas, que tem suas origens na visão de Vygotsky, de que existe uma natureza social inerente ao processo de aprendizagem.

As metodologias aplicadas na Creche Tia Nair, são baseadas na perspectiva dos documentos oficiais vigentes LDB, BNCC, DCNEI e Currículo em Movimento da Educação Infantil no Distrito Federal.

O planejamento pedagógico diário norteia-se dentro dos eixos estruturantes educar e cuidar e o interagir e brincar, pois é a partir da brincadeira e da interação que a criança se desenvolve. Os focos da BNCC para a Educação Infantil são: Os Direitos de Aprendizagem e os Campos de Experiência. No contexto do CEI Tia Nair, conforme orientações vigentes, as aprendizagens se nos apoiam 6 direitos de aprendizagem,” que assegurem as condições para que as crianças aprendam a desempenhar um papel ativo, a resolver os desafios e a construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BNCC).

São eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Todos esses se originam dos princípios éticos, estéticos e políticos expressos nas DCNEI, que pautam as propostas pedagógicas para a Educação Infantil. Dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento emergem os 5 campos de experiência: O Eu, O Outro e o Nós; Corpo, Gestos e Movimentos; Traços, Sons, Cores e Formas; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações. E de acordo com a BNCC, “os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”.

As metodologias pedagógicas do Centro de Educação Infantil Tia Nair, são planejadas dentro de uma perspectiva interacionista. A concepção interacionista apoia-se na ideia de interação entre organismo e o meio e vê a aquisição de conhecimento como um processo construído pelo indivíduo durante toda a vida. Os teóricos: Jean Piaget, para ele a criança é ativa e age espontaneamente no meio; suas estruturas mentais são próprias ao seu nível de

desenvolvimento, e é pelo contato com o mundo que seus conhecimentos são construídos. E o outro é Lev Semenovitch Vygotsky, que valoriza a mesma ação interativa de Piaget, porém situado em um contexto sócio-histórico-cultural. É com a relação com os adultos, e pelas experiências de linguagem que o sujeito se apropria ativamente do conhecimento social e cultural.

A escola se utiliza na prática pedagógica, de metodologias ativas colaborativas. O uso dessas metodologias ativas, implica em apropriar-se de técnicas de aprendizagem e de recursos lúdicos para a aprendizagem. Os jogos motivam, desafiam as crianças e abrem portas para diversos conhecimentos. Na aplicação dessas metodologias, os estudantes constroem o conhecimento e a sua autonomia para aprender, por meio da construção interdependente entre os pares.

As metodologias ativas têm raiz na visão de Vygotsky, de que existe uma natureza social inerente ao processo de aprendizagem, base da sua teoria de Desenvolvimento por Zona Proximal (DZP). A construção do conhecimento permite o desenvolvimento de competências, tais como: buscar, investigar, criticar, compreender a informação, interagir, comunicar-se com o grupo, conviver e agir com inteligência emocional, tomar decisões, desenvolver capacidade de liderança e de resolver problemas.

Nas Coordenações Pedagógicas, com os professores, o coordenador, a diretora e todo o corpo docente elabora um planejamento participativo, pautado em uma metodologia pedagógica baseada em confiança, parceria, troca de conhecimentos e experiências. A Equipe Gestora, trabalha com o corpo docente de forma participativa e humanizada, baseada em princípios de liberdade e construção das estratégias pedagógicas que atendam às características e níveis de cada turma da creche. Os professores, a partir dessa liberdade de criar os seus planejamentos em consonância com a metodologia da instituição, são os responsáveis pela integração do aluno, por meio de um planejamento que oportunize experiências cognitivas, estéticas, musicais, pessoais, corporais e sociais.

Considera-se que as estratégias pedagógicas utilizadas na instituição, pelos professores, atendem as especificidades das crianças, pois há um trabalho efetivo realizado por meio de atividades contextualizadas, em um ambiente preparado para a interatividade, saudável e integrador.

As crianças atribuem sentido e atuam sobre o mundo, fazem a sua história e cultura, em meio às relações humanas. É necessário que na Educação Infantil seja implementada uma prática pedagógica que contribua com o processo de formação humana. A partir da BNCC, a criança é um ser social e histórico, e na prática pedagógica buscamos formas de desenvolver habilidades e socializar a criança por meio de experiências que proporcionam autonomia a partir da construção do conhecimento.

A partir desse entendimento e utilizando as metodologias explanadas e aplicadas. A Instituição desenvolve projetos, vivências e experiências, adota múltiplas linguagens expressas dentro dos campos de experiências, que são evidenciadas ao garantir o espaço para a ludicidade, tempo para as interações socioculturais, brincadeiras, atividades artísticas, jogos, músicas, contação de histórias, pois as diversas linguagens conectam-se e complementam-se, em situações de aprendizagens individuais e coletivas.

A organização dessas metodologias dentro da instituição, sistematiza as intenções educativas e as ações pedagógicas e cumpre os objetivos, ao materializar o cotidiano da oferta de uma Educação Infantil de qualidade, e contribui para o desenvolvimento integral das crianças.

O CEI Tia Nair, tem a visão que a criança é o centro do planejamento curricular, respeitando suas necessidades e peculiaridades, preocupa-se com educação de qualidade quanto aos objetos, conteúdos e procedimentos.

A apropriação e a produção do conhecimento na escola realizam – se por meio das mais variadas formas de organização curricular, de modo que cada criança seja sujeito do próprio desenvolvimento, e o assuma de forma livre e responsável, com o respeito a si e aos outros.

Indivisibilidade das dimensões expressivo motora da criança, assegurando a ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança, o desenvolvimento do espírito de solidariedade para com os outros e seus pares, o respeito ao bem comum; a sensibilidade ante o bem e o belo em suas expressões, a criatividade, as experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, possibilitando situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto – organização, saúde e bem – estar. O espírito de incentivo à aceitação da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

No CEI Tia Nair, propõe atividades lúdicas através do uso de matérias recicláveis para a confecção de brinquedos e jogo, tais como: jogos matemáticos, alfabeto, jogos de coordenação motora, visualização de histórias em rodas de conversa, peças teatrais, uso de fantoches e jogos de adivinhações, dramatizações de músicas, dobraduras e danças.

Segundo Vygotsky as crianças se desenvolvem e aprendem por meio das brincadeiras e brinquedos e ao utilizá-los, elas conseguem representar situações cotidianas e desenvolver o raciocínio lógico.

O professor tem um papel muito importante na formação da criança, e a partir dos seus conhecimentos ele elabora atividades para desenvolver a capacidade motora, emocional, cognitiva e social. Os métodos utilizados no desenvolvimento da aprendizagem das crianças variam, vão de livros, brinquedos, brincadeiras, até músicas e jogos.

Dessa forma, os professores são fundamentais e de extrema importância no aprendizado e desenvolvimento da criança no ambiente escolar, assim como os pais têm dentro de casa, pois é nesses meios onde eles vão criar suas primeiras noções básicas, habilidades, personalidade e conhecimento. A escola tem um papel importante inserindo a criança no meio social, levando conhecimento e informações que serão usadas na sua vida, com o intuito de informar e ajudar no desenvolvimento social e familiar.

12.5- Organização da Escolaridade

A sociedade nem sempre considerou a criança como um ser que merece cuidado e atenção prioritária. As instituições de ensino por muito tempo organizavam os espaços escolares e as rotinas das crianças com base em ideias assistencialistas apenas para cuidar delas nos espaços e ambientes da escola. Para mudar essa concepção as instituições de educação infantil precisaram enxergar as especificidades dessa etapa da educação, entender quais as responsabilidades das respectivas instituições, do Estado e da família.

Dessa forma, atualmente entende-se que a criança possui particularidades que exigem interlocução de todos os atores envolvidos para que ela se desenvolva de maneira integral, pois, nas suas especificidades precisa ser protagonista do brincar, do aprender, do interagir com outras crianças, do conviver com os adultos e com o mundo onde ela vive.

De acordo com Ariès (1978) a concepção de criança passou por três momentos distintos. O primeiro que ele considera é do Século XIII ao Século XVIII, quando não havia distinção entre o mundo dos adultos e das crianças, por isso crianças eram tratadas como adultos precoces.

O segundo momento da concepção de criança vai do Século XVIII à atualidade, onde as mesmas eram separadas dos adultos originando assim as primeiras instituições cuidadoras e, por fim, o terceiro momento que considera as crianças como ser que tem necessidades próprias e de atenção prioritária.

Como cidadã detentora de direitos, a legislação brasileira concebe a criança como alguém com uma condição própria; dessa forma, trata-se de sujeitos de direitos que precisam se desenvolver plenamente. Segundo Craiy (apud ALMEIDA, et al, 2010, p.52):

A Constituição Brasileira de 1988 inaugurou uma nova fase doutrinária em relação à criança e ao adolescente. Foi a primeira constituição brasileira que considerou explicitamente a criança como sujeito de direitos e também foi a primeira constituição brasileira que falou em creches e pré-escolas. Estas instituições aparecem como direito dos trabalhadores homens e mulheres, urbanos e rurais, que têm “direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas”.

Na perspectiva do autor a criança passa a ser concebida pela legislação como alguém que ocupa um lugar na sociedade e que deve ser defendida pela família, pelo Estado e pela sociedade de maneira a receber proteção integral.

O avanço na legislação permitiu reconhecer a criança como cidadã, um sujeito de direitos educacionais, sociais e emocionais que influenciam e definem conceitos de aprendizagem e desenvolvimento desde o seu nascimento. As instituições educacionais tem o dever de cuidar e educar com o único e indissociável ato promotor de seu desenvolvimento integral, de forma global e harmônica, nos aspectos físico, social, afetivo e cognitivo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 3º e 4º assegura a proteção integral da criança, assim como garante que a mesma tenha uma educação integral e plena atendendo os diversos aspectos que lhe são de direitos: cognitivos, afetivos, físicos, morais, sociais, emocionais, espirituais e culturais pela garantia dos direitos à liberdade e à dignidade. O ECA detalha o que defende a CF/1988 com relação às responsabilidades da família, do Estado e da sociedade.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

Dessa forma, o Estado deve desenvolver programas de políticas públicas que garantam o desenvolvimento integral das crianças articulando a participação da família. Compreendemos que a criança é um sujeito histórico, psicológico e socioemocional. Quem primeiro deve cuidar para garantir esses direitos à criança é a família. No entanto, o Estado é corresponsável no sentido de garantir as políticas públicas que as crianças precisam para se desenvolver integralmente.

Essas políticas são executadas através de programas com várias atividades em que as crianças participam. Nesse sentido, o ECA traz normas que definem essa corresponsabilidade do Estado, família e sociedade determinando que cada um desses entes abracem a doutrina da proteção integral da criança com a finalidade de garantir integralmente os direitos infantis.

13- SOMENTE PARA UNIDADE ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO MÉDIO (NÃO SE APLICA)

14- APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR

XII Plenarinha

Um aspecto de destaque que, atualmente, faz parte da Proposta Curricular desta instituição são as temáticas da Plenarinha, que desde 2013 passaram a compor o cotidiano das práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil do Distrito Federal ano após ano. A Plenarinha da Educação Infantil é um projeto pedagógico da Diretoria de Educação Infantil da Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF que abrange todas as unidades escolares públicas e parceiras que ofertam Educação Infantil. A Plenarinha é:

A culminância de um processo pedagógico no qual todas as crianças participam ativamente das reflexões em torno de seus direitos e necessidades. Este projeto materializa-se por meio da escuta sensível e atenta às crianças, de forma a considerar a sua percepção sobre as situações que vivenciam na escola, na comunidade, na cidade e no campo, traduzindo-se em contribuições relevantes para melhor compreensão de suas aprendizagens e do seu desenvolvimento, vislumbrando um trabalho pedagógico de qualidade no atendimento a todas as crianças da Primeira Etapa da Educação Básica (Guia da IV PLENARINHA 2016, pág. 8)

Com base nesse pensamento e na crença de que as crianças são ativas e produtoras de cultura, o CEI Tia Nair abraçou o projeto e se dedicou intensamente nas edições anteriores. Em nossa escola, o brincar é algo indissociável nas ações. Com o projeto da Plenarinha não se fez diferente, ainda que suas temáticas fossem se modificando. Entendemos que são pelas descobertas que a criança constrói conhecimentos e isso faz com que todos os planejamentos oportunizem o espaço do protagonismo infantil. A escuta sensível é balizadora para as ações que são pensadas conjuntamente.

A criança traz historicidade e vida ao contexto curricular, sendo a ela preservado o direito a ser agente do seu fazer, dentro de suas especificidades. Durante a exposição dos trabalhos, nossa escola fez questão de expor o que as nossas crianças construíram e produziram. Valorizamos toda e qualquer expressão, seja ela artística, oral, corporal, sempre com a criança como protagonista.

Os projetos político-pedagógicos das instituições que ofertam Educação Infantil devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos. Éticos, no sentido de desenvolver autonomia, responsabilidade, solidariedade; políticos, voltados para o exercício da criticidade, cidadania e democracia; estéticos, para desenvolver sensibilidade, criatividade, ludicidade, liberdade de expressão nas diversas manifestações artísticas e culturais (Currículo em Movimento da Educação Infantil, 2ªEd, 2018).

Esses princípios engendram os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC - BRASIL, 2018): conviver democraticamente; brincar cotidianamente de diversas formas; participar ativamente; explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções; expressar necessidades, emoções, descobertas, dúvidas, opiniões; conhecer-se.

Algo essencial para a promoção do foi a forma de planejamento adotada pelos professores, que se debruçaram em contemplar a essência infantil, de forma muito profissional e realizando todos os critérios de avaliação por meio das observações realizadas em aulas e devolutivas. O projeto Plenarinha da Educação Infantil tem proporcionado a escuta sensível das crianças sobre assuntos importantes e emergentes do universo infantil. A cada ano novos aprendizados e práticas são agregados, ampliando o olhar e a intencionalidade da nossa ação pedagógica.

Convivência Escolar e Cultura da Paz.

Esta Unidade Escolar compreende que: Ao se propor um ambiente escolar para a promoção da Cultura de Paz e de convivências respeitadas, possibilita-se que a escola cumpra a sua função fundamental: promover aprendizagens as quais devem estar em consonância com as demandas pessoais e coletivas, de forma a fortalecer as crianças como sujeitos de direitos que pensam, criticam, refletem, agem coletivamente, para entender, compreender e experimentar o mundo, desenvolver-se (NOLETO, 2008).

Assim, a educação para a Cultura da Paz propõe mudanças inspiradas em valores como justiça social, diversidade, respeito e solidariedade, aliadas às ações fundamentadas na educação, saúde, cultura, esporte, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida no território de responsabilidade compartilhada entre educação e diversos setores da sociedade (DISTRITO FEDERAL, 2020, p.11-12).

Circuito de Ciências

O Circuito de Ciências tem como importante instrumento a exposição e divulgação da produção científica tecnológica e cultural desenvolvida nas unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, constituindo-se como importante atividade pedagógica de grande potencial motivador da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar.

15. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECIFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

O CEI Tia Nair, desenvolve projetos pedagógicos voltados para que o brincar seja a marca do universo escolar, tendo como eixos estruturantes o educar e o cuidar, bem como o brincar e o interagir, e os direitos de aprendizagem de onde emergem os campos de experiência que permeiam as metodologias aplicadas no dia a dia da sala de aula. Implementamos Projetos Interventivos que auxiliam a criança que necessita de intervenção individual por motivos emocionais ou comportamentais.

Para o caso são formados grupos para conversas com as crianças e com as famílias, e realização de atividades diversificadas, tais como: contação de histórias, jogos recreativos dirigidos, rodas de conversa e atividades de música e artes visuais. Também implementamos o reagrupamento no caso das nossas crianças de 03 a 05 anos, para fins de vivências em outras salas de idades diferentes ou com os da mesma idade, e para desenvolver hábitos de

convívio social, tais como: cooperação, amizade, solidariedade, e troca de experiências. Realizamos os reagrupamentos, atividades de lanche coletivo, sessão de filmes e vídeos, contação de histórias, jogos e brincadeiras, musicalização. Todos os projetos desenvolvidos na instituição são em função do desenvolvimento integral da criança.

O Centro de Educação Infantil Tia Nair I, implantou os projetos que possibilitam autonomia, aprendizado e conhecimento para as crianças de acordo com a faixa etária são eles:

Projeto Identidade “Tudo sobre mim?": A construção da identidade se dá por meio das interações da criança com o seu meio social. A escola é um universo social diferente do da família, favorecendo novas interações, ampliando desta maneira seus conhecimentos a respeito de si e dos outros. A autoimagem também é construída a partir das relações estabelecidas nos grupos em que a criança convive.

Projeto Horta na Escola: visa proporcionar possibilidades para o desenvolvimento de ações pedagógicas por permitir práticas em equipe explorando a multiplicidade das formas de compreender e aprender. Esses conhecimentos podem ser socializados na escola e transportados para a vida familiar dos educandos, por meio de estratégias de formação sistemática e continuada, como mecanismo capaz de gerar mudanças na cultura alimentar, ambiental e educacional.

O projeto Datas Comemorativas: tem como objetivo integrar a criança em atividades culturais desenvolver a afetividade o respeito à diversidade, proporcionar conhecimento de si e do outro, conhecer, aprender a respeitar costumes e culturas diferentes.

Minha Escola e Meus Amigos: desenvolver a empatia entre as crianças, fazendo-as compreenderes que as suas ações geram reações ensiná-las a resolverem os próprios conflitos entender e respeitar regras e combinados desenvolver a cooperação entre eles.

Projeto de Alimentação Saudável: A escola é um excelente local para intervenção na formação dos hábitos alimentares. Desde cedo, crianças e jovens precisam ser incentivados a conhecerem e obterem o hábito de uma alimentação saudável. Entende-se que a alimentação tem papel fundamental para ter uma vida saudável, e em se tratando de crianças e adolescentes, torna uma proporção ainda maior, pois é a fase de crescimento dos ossos, músculos, tecidos e o comportamento alimentar nessas fases refletirá em todas as etapas do desenvolvimento.

Projeto Higiene “Do Meu Corpo Cuido Sim”: Ser saudável é também estabelecer bons hábitos, compreender que o nosso corpo merece cuidados especiais e que é nosso dever zelar por ele. A função do Projeto Higiene na é justamente abordar e instruir as crianças nessa direção. É preciso educar para o cuidado de si, levando em conta todos os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no dia-a-dia da escola.

Meio Ambiente “Curiosos por Natureza”: esse projeto proporciona interação com a natureza por meio de ações da preservação do meio ambiente como: coleta seletiva, economia e preservação das águas, reaproveitamento de embalagens e etc. O envolvimento das famílias nesse projeto significa muito e provoca mudanças de atitudes e reflexões sobre os recursos naturais e o consumismo exagerado. Ser desenvolvido pequenos projetos como moradia, coleta seletiva, preservação da água, serão trabalhados nesse período por se tratar de projetos continuados e interligados.

Brincando com os sentidos: Sabe-se que o corpo humano é dotado de cinco sentidos (capacidades) que possibilita interagir com o mundo exterior (pessoas, objetos, luzes, cheiros, sabores, entre outros). Através de determinados órgãos do corpo humano, são enviadas ao cérebro as sensações, utilizando uma rede de neurônios que fazem parte do sistema nervoso. Através de uma abordagem essencialmente interacionista, estimular os cinco sentidos, ensinar a interpretar os mais diversos estímulos e informações que eles captam, e como educadores, observar se alguma dentre as crianças apresenta alguma dificuldade motora ou sensorial para que o quanto antes possa ser amparado.

Projeto Literário “Quem conta, reconta faz de conta”: Acreditamos que a leitura é uma das chaves dos saberes que nos mostra o caminho do conhecimento e das possibilidades do pensamento para ganhar asas e voar. Pensando dessa forma, o Projeto torna-se necessário e viável, pois pretende fomentar a leitura, a participação da família, a interpretação e a produção de registros em desenhos e/ou escritas.

Bichinho da Horta: Conhecer os bichinhos mais comuns em nosso ambiente e na horta, o modo de vida e suas características entender sua função para o equilíbrio do nosso meio ambiente.

Projeto Minha Escola Tem História: tem como objetivo principal à valorização do ambiente escolar, como lugar privilegiado de ensino, aprendizagem e convivência, resgatar as

memórias da escola, valorizando sua existência e trajetória histórica e todas as pessoas que trabalham e convivem nesse espaço, ampliando as possibilidades dos educandos.

Projeto Valores: Resgatar em nossas crianças valores como: respeito, amor, paz, convivência, colaboração, honestidade, responsabilidade, solidariedade, humildade, preservação ao ambiente e patrimônio público, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida na escola, família e comunidade.

Projeto Aprendendo com os jogos e Brincadeiras: Trabalhar de uma forma lúdica e de vivência, estimulando o raciocínio lógico, a criatividade, auxiliando as crianças no processo de construção do conhecimento. Visando potencializar capacidades, ampliando possibilidades das crianças de compreenderem e transformarem a realidade. Tendo em vista que, o jogo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece os desenvolvimentos físicos, cognitivos, afetivos e principalmente a interação e o respeito pelos amigos.

Projeto Meio de Comunicação: Explorar diferentes formas de interagir com o outro e com o meio, nas diversas situações cotidianas, ampliando sua noção de mundo e sua sensibilidade em relação ao outro.

Projeto Trânsito “Quem quer uma carona”: A educação no trânsito tem como objetivo formar o comportamento do cidadão enquanto usuário das vias públicas na condição de pedestre, condutor ou passageiro. Conscientizar as crianças sobre as leis de trânsito, alertando-as sobre os perigos que nele ocorrem e, sobretudo como devemos nos comportar e respeitar as leis para a nossa segurança e as dos outros.

Projeto Família “A família vem a escola” - O objetivo destes projetos é proporcionar às crianças um ambiente de aprendizado divertido e engajamento, ao mesmo tempo em que se concentram no desenvolvimento de habilidades essenciais. Fortalecer a qualidade dos laços afetivos. Saber como eles veem e como sentem as relações familiares. Identificar possíveis conflitos com alguns membros da família.

Projeto Folclore - Possibilitar ao educando, momentos em que aprenda a valorizar a Cultura Popular através das diversas manifestações do Folclore. Permite que as crianças resgatem a memória de um movimento sem idade declarada, com o objetivo de manter viva a história cultural do Brasil e de enfatiza a riqueza e a pluralidade de nossa cultura.

Acolhimento e Inserção- O acolhimento na educação infantil é um dos pilares para a construção de uma relação de parceria entre família e escola, além de constituir-se como elemento fundamental na rotina do trabalho pedagógico em diferentes espaços e tempos na educação infantil.

Musicalidade- Esse projeto é trabalhado o ano todo. A música abre espaço para que os estudantes possam se expressar e se comunicar através dela, bem como promover experiências de apreciação e abordagem em seus vários contextos culturais e históricos.

Cuidando das Emoções- Favorecer a autoestima; refletir sobre seus sentimentos, externando-os; representar sentimentos de forma a melhor compreende, falar de si; auxílio na construção da representação de si; trabalhar em grupo, solidária e respeitosamente. Esse projeto é trabalhado o ano todo.

Projeto Auto Servimento - Através desse projeto a criança é protagonista e exerce a autonomia na hora das refeições. Ao ter a liberdade para se servir, a criança desenvolve a capacidade para fazer escolhas e a segurança para tomar decisões diante das situações da sua própria vida. O projeto do auto servimento ocorre na instituição através de uma parceria da equipe pedagógica e a nutricionista da creche. Após demonstrações e orientações por parte da nutricionista, para os adultos e em sala para as crianças, o ambiente é devidamente organizado para que cada criança se dirija à mesa para se auto servir com o auxílio do professor e do monitor.

Dia Nacional da Consciência Negra - Desenvolver a consciência nos estudantes do respeito e da valorização dos povos negros, da cultura africana e afro-brasileira na sociedade, destacando a importância dos mesmos na construção da identidade do povo brasileiro.

Projeto Diversidade - Trabalha as diferenças, dentro de um contexto onde a criança, passa a se reconhecer e se aceitar e a reconhecer, aceitar e conviver com o outro e com as diferenças entre si. Buscando a extinção de atitudes de isolamento e preconceito entre eles, e proporcionando um ambiente de respeito à diversidade e de colaboração e amizade no ambiente escolar.

Projeto Profissões: Esse projeto busca apresentar e trabalhar as profissões em sua enorme diversidade, possibilitando a compreensão de que cada profissão é importante e tem seu valor. Além disso, visa proporcionar a construção de um projeto de vida e para a vida,

construindo sujeitos que acreditam na transformação do mundo através do trabalho e da profissão.

Projeto Aniversariantes do Mês: Promover a interação social entre os estudantes e principalmente, oferecer a oportunidade de comemoração de uma data especial, visto que várias crianças terão a primeira festa de aniversário realizada através desta instituição.

Projeto Psicomotricidade: A psicomotricidade pode ser percebida em pequenas ações e em atividades que proporcionam o desenvolvimento da motricidade da criança, objetivando o crescimento e o domínio do seu próprio corpo. Dessa maneira, trata-se de um cuidado vital para o desenvolvimento de todas as áreas importantes do crescimento da criança.

Projeto Alimentação Saudável: Levar conhecimento sobre nutrição e alimentação saudável, para que elas possam construir novos hábitos e conseqüentemente ter uma relação amigável com os variados grupos de alimentos.

Projeto grandes inventores “Eureca” - O projeto busca fazer com que as crianças façam esses questionamentos e descubram como surgem os inventos. Durante o projeto as crianças dos conhecem a história de algumas invenções, a biografia de seus inventores, discute os aspectos positivos e negativos dos inventos, compara o passado com o presente e reflete sobre o que faz o homem pensar nas “invenções”.

Projeto Dengue- Sensibilizar as crianças sobre a importância de evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, desenvolver atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente e à saúde coletiva, estimular a observação e a curiosidade sobre o mundo natural e a ciência.

Projeto natal- Pretendemos conduzir uma série de atividades que facilitem a aquisição e construção de conhecimentos das tradições de Natal pelos alunos de forma participativa, descontraída, buscando integrar a perspectiva de diversas áreas. Despertar nos alunos o verdadeiro sentido do Natal através da participação de atividades alegres e espontâneas, enfatizando um ambiente festivo, perceptivo. a solidariedade e amor ao próximo.

15.1- Articulação com os Objetivos e as Metas do PPP

O Projeto Político-Pedagógico, entendido como a organização do trabalho pedagógico da escola, tem sido objeto de estudos em busca da melhoria da qualidade do ensino. Quando o Projeto Político-Pedagógico é elaborado coletivamente determinando o que se quer (fins) e como (meios), pode auxiliar na formação com qualidade, ajudar o processo de uma gestão

democrática no interior da escola, possibilitar a organização do trabalho pedagógico na escola e, oportunizar a reflexão sobre a sua intencionalidade educativa.

VEIGA (2001), ao explicar o termo projeto, diz que, em sua origem etimológica o termo projeto deriva do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, verbo projetar, que quer dizer lançar-se para diante. Na escola, a elaboração de projetos é algo intencional, que busca a solução de problema e desenvolver um processo de construção do conhecimento. Todo projeto em sua elaboração supõe romper com a situação presente e almeja ocorrer mudanças no futuro.

O Projeto Político-Pedagógico é um compromisso coletivo no sentido de definir as ações educativas e cumprir seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2001). O termo político está relacionado ao exercício da política: Governar o que é público. É o compromisso com a formação do cidadão e da sociedade. Na escola, deve-se inculcar nos alunos e na comunidade escolar a consciência dos direitos e deveres dos cidadãos.

Explica DIAS (2003) que “A educação sendo uma construção humana e ocorrendo nas relações sociais de forma intencional, passa a ser um ato político”. O termo pedagógico refere-se ao cumprimento da intencionalidade da educação. Como explica VEIGA: O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de 12 cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2001, p. 13).

Como um processo democrático de decisões, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico busca superar conflitos, eliminar relações competitivas, corporativas e autoritárias, bem como, romper com a burocracia que ocorre no interior da escola. Procura organizar o trabalho pedagógico em sua globalidade, refletindo a autonomia da escola e sua capacidade de traçar sua própria identidade. A escola deve se alicerçar em uma teoria pedagógica que parta da prática social com o compromisso de sanar os problemas da educação, do ensino da escola.

As ações pedagógicas exercidas devem estar voltadas aos interesses da maioria da população, propiciando situações que permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. A organização do trabalho pedagógico na escola está relacionada com a organização da sociedade. Desse ponto de vista, é uma instituição social introduzida na sociedade capitalista, manifestando em seu interior as contradições sociais (VEIGA, 2001).

O projeto político-pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 2001, p. 8).

Ao abordar questões referentes a finalidades da educação, Alves (1992) ressalta que: A escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto, há necessidade de refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados (ALVES, 1992, p. 19). 13 O Projeto Político-Pedagógico é o documento de emancipação, é base das ações da escola, tendo o currículo como seu componente principal.

É um instrumento que precisa ser conhecido, discutido, reformulado por todos os integrantes da escola. Ele precisa estar em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes, com o momento histórico vivido, com as expressões culturais da comunidade escolar, com os conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade. Como instrui Veiga (2001): o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2001, p. 13).

O Projeto Político-Pedagógico deve ser executado, consultado e avaliado constantemente, deve interferir positivamente no plano de ação do professor e da equipe pedagógica. Como

explica Libâneo (2008 p. 72) é o instrumento de articulação entre fins e meios fazendo um ordenamento de todas as atividades pedagógicas, curriculares e organizativas da escola, promovendo a educação a todos para a igualdade e inclusão social, desenvolvendo assim um trabalho escolar integrado e articulado com o currículo. A ação comprometida dos professores diante dos conteúdos e da metodologia de ensino enfatiza a importância social desses conteúdos em busca de bons resultados. Isso vem destacar o trabalho da escola e dos professores.

Na construção do Projeto Político Pedagógico, deve-se objetivar intenções pedagógicas pautando-se na intencionalidade e num compromisso com a qualidade político pedagógica da organização escolar e da prática educativa na qual, requer uma reflexão sobre o que os envolvidos acreditam e pensam, e assim optar por concepções que se refletem nas tomadas de decisões da comunidade escolar.

15.2- Articulação com o Currículo em Movimento

O currículo busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade por meio de práticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições.

O programa Currículo em Movimento busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio.

A definição de currículo defendida nas Diretrizes põe o foco na ação mediadora da instituição de Educação infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico.

O currículo deve prever espaço de interações entre as crianças sem a mediação direta do professor, e espaços de aprendizagem na interação com os adultos, nos quais as crianças sejam as protagonistas. fios, que partem tanto do mundo exterior como da vontade íntima da criança de ultrapassar seus limites.

Consideramos que a BNCC traz implicações para o currículo da Educação Básica à medida que tenta regular o conhecimento por meio de conteúdos mínimos, competências, habilidades e desempenho nas avaliações.

A BNCC estrutura esses campos para garantir às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. É importante que as crianças tenham oportunidades de interagir com diversos grupos sociais e culturais, conhecendo diferentes modos de vida, costumes, celebrações e narrativas.

15.3 - Articulação com o PDE, PPA e o PEI

PPA

O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos.

Ministério da Educação apresentou duas propostas para o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade; e Educação Superior – qualidade, democracia e sustentabilidade. Para que os projetos da Educação sejam prioridades do Governo Federal pelos próximos quatro anos.

PDE

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) auxilia a escola pública, pois se trata de planejamento estratégico em que a escola investe em sua qualificação para oferecer mais qualidade de ensino ao estudante, aumentando a aprendizagem escolar.

O primeiro Plano Distrital de Educação – PDE da história de Brasília, sancionado pelo Governador em julho de 2015, foi elaborado por meio de ampla participação da comunidade escolar, de representantes da sociedade civil e do poder público ao longo de dois anos.

Instituído pela Lei nº 5.499/2015, o Plano Distrital de Educação é a referência para o planejamento das ações desta Secretaria de Estado de Educação, com período de vigência de 2015 a 2024. Destinado a contribuir para a construção de unidade das políticas educacionais em âmbito distrital, estabelece objetivos e metas a serem alcançadas no Distrito Federal, em consonância com o preconizado no Plano Nacional de Educação – PNE.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, de duração decenal, configura-se como política de Estado que visa à articulação e à integração de ações das diferentes esferas federativas, conforme disposto no Art. 214 da Constituição Federal, e estabelece, no artigo 8º da Lei nº 13.005/2014, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano a contar de sua publicação, elaborem seus correspondentes planos de educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE.

Nessa perspectiva, o PDE, a exemplo do PNE, é um documento que expressa as demandas da sociedade; estabelece prioridades e metas; aponta caminhos para a sua efetivação por meio de estratégias; configura-se como referência para a elaboração de planos plurianuais – PPA’s nas diferentes esferas de gestão; e visa solucionar problemas, via intervenção planejada, frente às distintas políticas públicas, de modo a tornar-se uma política de Estado. Com essas bases, foram estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação 21 Metas para o desenvolvimento do ensino no Distrito Federal nos próximos 10 anos e 411 estratégias para o seu cumprimento.

Estruturado como política de Estado, o Plano Distrital de Educação propõe diretrizes, metas e estratégias que se desdobrarão em programas, projetos e ações de curto, médio e longo prazo, destinados a evitar possíveis improvisações e discontinuidades decorrentes de mudanças governamentais.

PEI

A educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Fundamenta-se nos princípios da equidade, do direito à dignidade humana, da educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar no direito à dignidade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar – se e no direito a ser diferente. Prevê a formulação de políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e da necessidade de condições distintas para efetivação do processo educacional.

Por isso, incluir é reconhecer a diversidade de aprendizado e, portanto, ser incansável na busca de alternativas que favoreçam o aprender de múltiplas formas. Para cumprir esta tarefa, é necessário compreender as articulações entre a educação e o desenvolvimento individual, de modo a valorizar esses elementos na busca de uma formação global para as

crianças. São utilizados, para tanto, vários recursos facilitadores, principalmente interdisciplinaridade e contextualização, que dão significado e vida a novos aprendizados.

Assim, o CEI Tia Nair pretende-se: promover a assimilação, por parte das novas gerações, da experiência coletiva, culturalmente organizada; permitir o desenvolvimento de potencialidade que levem as crianças à auto realização e à cidadania; proporcionar situações de desenvolvimento global, ampliando experiências e valorizando conhecimentos que as crianças já trazem da família e da comunidade; oportunizar espaços de socialização e interação entre crianças, pais e familiares; aproveitar espaços para aprendizagem e desenvolvimento de talentos; promover atividades que facilitem o desenvolvimento cognitivo de forma criativa; assegurar o envolvimento da comunidade no processo educativo; orientar as famílias na busca de uma integração criança e família/comunidade.

A educação especial inclusiva assegura condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais ao estudante com necessidade educacional especial e/ou deficiência, e com altas habilidades ou superdotação, visando à sua inclusão social e cidadania.

De acordo com o Artigo 6º da Resolução nº 1/2018 CEDF- Considera-se público-alvo desta normativa:

- Estudantes com deficiência: aqueles que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental e sensorial;
- Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, e transtornos invasivos sem outra especificação;
- Estudantes com altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas;
- Estudantes com transtornos funcionais específicos: aqueles que apresentam um conjunto de sinais e sintomas no sistema funcional, manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e uso da fala, da escrita, da leitura e habilidades matemáticas.

Parágrafo único. As necessidades educacionais especiais, de caráter temporário ou permanente, tratadas neste artigo, poderão ser detectadas ao longo de todo o processo educacional, compreendendo ainda outras situações diagnósticas não descritas nesta Resolução.

O Projeto Político Pedagógico do CEI Tia Nair, contempla e institucionaliza a inclusão de estudante com necessidade educacional especial e/ou deficiência, e com altas habilidades ou superdotação. Para um melhor atendimento, contratamos recentemente uma psicopedagoga que está auxiliando no desenvolvimento e aprimoramento das habilidades dessas crianças e na construção do PEI da nossa unidade.

16- APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS DO GOVERNO (NÃO SE APLICA)

17. DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR

17.1 Avaliação para as Aprendizagens

Sobre a avaliação na Educação Infantil, as DCNEI alertam que as instituições devem “criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (BRASIL, 2010^a p.29). Esta ideia reafirma o que já havia estabelecido a LDB, no art. 31, Seção II: a avaliação faz-se á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A Instituição acredita na avaliação construtiva, formativa e contínua vista de forma que oriente, acompanhe e redirecione o saber. É realizada informalmente por meio de observações constantes das atividades e atitudes das crianças. De maneira diagnóstica, em função da compreensão do domínio, da interação dos conhecimentos, do desenvolvimento, sensitivo, afetivo perceptivo motor, social e psico-cognitivo. Na Educação Infantil, a avaliação não tem o objetivo de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental, sendo a criança promovida, automaticamente, ao final do ano letivo.

Os educadores observam e acompanham tudo que é realizado por cada educando durante o semestre. Ao final, o registro destas avaliações será transformado em forma de Relatório de Desenvolvimento Individual da Criança (RDIC), onde estarão relatados, em ficha, breves resumos do que se observou e anotou. Apoiado em um roteiro discursivo-

avaliativo com os conteúdos trabalhados. Nele será registrado como cada criança se desenvolveu: suas conquistas, avanços e modos de superação de dificuldades.

O resultado das observações e o registro serão apresentados ao responsável da criança, semestralmente, ou sempre que se fizer necessário. Para o monitoramento e avaliação das ações da parceria, esta Instituição pretende: realizar reuniões periódicas com a equipe pedagógica, a fim de melhor elaborar os relatórios avaliativos das crianças; reunir-se periodicamente com os familiares das crianças atendidas, com os parceiros e com observadores externos; promover a formação continuada de seus colaboradores e fomentar o Conselho de Classe, tanto com os educadores como com a comunidade escolar. Avaliar é uma ação indispensável para compreender, validar ou redimensionar o trabalho pedagógico. Em se tratando do trabalho em instituições de educação coletiva para a primeira infância, é preciso pensar sobre avaliação na Educação Infantil.

17.2- Avaliação Larga Escala (Não Se Aplica)

17.3 - Avaliação Institucional da Unidade Escolar

A avaliação do trabalho da escola ou sua autoavaliação é interna e permanente. Ela deve ocorrer com envolvimento de todos os segmentos: mães/pais, estudantes, gestores, professores e demais profissionais da educação. Existem diversos momentos propícios para a auto avaliação que devem ocorrer durante todo o ano letivo, como nos dias da avaliação pedagógica previstos em calendário escolar, coordenações coletivas, conselhos de classe, reuniões de pais/mães, reuniões e diversas outras reuniões.

A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades dos seus atores, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. (BRASIL, 2014).

17.4- Estratégias que Implementam a Perspectiva Formativa da Avaliação para as Aprendizagens

Sobre a avaliação na Educação Infantil, as DCNEI alertam que as instituições devem “criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (BRASIL, 2010^a p.29). Esta ideia reafirma o que já havia estabelecido a LDB, no art.31, Seção II: a avaliação far – se- á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Avaliação na educação infantil tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da criança e identificar a evolução das habilidades.

Desse modo, para a Instituição o processo de avaliar na Educação Infantil precisa considerar o percurso trilhado por cada criança a evolução conforme a particularidade de cada uma, sem julgamentos, notas ou rótulos.

A coleta de dados sobre o desenvolvimento da criança é breves resumos do que se observou e anotou. Apoiado em um roteiro discursivo-avaliativo com os conteúdos trabalhados. Nele será registrado como cada criança se desenvolveu: suas conquistas, avanços, modos de superação de dificuldades, também registra a necessidade da intencionalidade educativa e do acompanhamento da prática.

Os educadores observam e acompanham tudo que é realizado por cada educando durante o semestre. Ao final, o registro destas observações é desenvolvido um relatório, (RDIC) Desenvolvimento Individual do Aluno.

O resultado das observações e o registro serão apresentados ao responsável da criança, semestralmente, ou sempre que se fizer necessário. Para o acompanhamento do desenvolvimento da criança. Em reunião com os pais, reunião semestral, os professores entregam o relatório (RDIC) aos responsáveis da criança para leitura, onde os responsáveis ficam cientes do desenvolvimento de sua criança.

Esta instituição promove formação continuada aos seus colaboradores, realiza reuniões periódicas com a equipe pedagógica, professores, coordenador a fim de melhor elaborar os relatórios avaliativos das crianças. Avaliar é uma ação indispensável para compreender, validar ou redimensionar o trabalho pedagógico.

17.5- Conselho de Classe

O conselho de classe é um instrumento importante no processo avaliativo, que ocorre ao final de cada semestre. Posteriormente, o conselho de classe se reúne e conta com a participação de responsáveis, professor, coordenador e diretor pedagógico. O desenvolvimento da criança na Educação Infantil deve ser constantemente acompanhado, por meio da observação atenta do professor, que registra seus avanços e dificuldades avaliando as atividades desenvolvidas e propondo novas, tendo por objetivo a superação dos obstáculos encontrados.

O Conselho de Classe tem o sentido de ampliar o conhecimento sobre a criança, por meio da visão de diferentes olhares, em que todos os profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem discutem acerca da aprendizagem das crianças.

De acordo com o a Resolução nº 1/2018–CEDF: Art. 153.

O Conselho de Classe, órgão colegiado consultivo e deliberativo, de caráter permanente, destina-se a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, obrigatório em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e tem por objetivo o acompanhamento e a avaliação do processo de desenvolvimento do estudante, incluindo o seu resultado final.

§ 1º Devem participar do Conselho de Classe: docentes, diretor pedagógico da instituição educacional ou seu representante, coordenador pedagógico, orientador educacional e, sempre que necessários outros profissionais especializados e representantes dos estudantes e/ou pais.

§ 2º As reuniões do Conselho de Classe devem ser registradas em ata própria, sendo suas deliberações descritas de forma pormenorizada.

Art. 154. Cada instituição ou rede educacional deve explicitar, em seu Regimento Escolar, disposições sobre as competências do Conselho de Classe, observadas os aspectos relativos ao acompanhamento e à evolução do processo de aprendizagem, em consonância com a legislação vigente.

Para as turmas de Educação Infantil, o registro das reuniões de Conselho de Classe deverá ser feito em “livro ata”, manuscrito ou digitado, devendo conter obrigatoriamente: identificação da instituição educativa, data de reunião do conselho de classe, propósito da reunião (se o Conselho foi ordinário ou extraordinário), resumo, decisões, encaminhamentos, conclusões e assinatura de todos os participantes.

O CEI Tia Nair realiza o conselho de classe duas vezes por ano. É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Após os apontamentos feitos é realizada uma reunião bimestral com os pais ou responsáveis para leitura dos relatórios e acompanhamento educacional do aluno. Os

relatórios são elaborados conforme o currículo em movimento do Distrito Federal, atendendo todas as especificações das crianças. Os RDICS finais ficam no dossiê da criança.

18. PAPÉIS E ATUAÇÃO

18.1- Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem (SEAA)

Visando o aprimoramento das aprendizagens, mesmo sem sala de recurso específico o CEI Tia Nair disponibiliza um atendimento especializado as aprendizagens das nossas crianças por meio de uma psicopedagoga, que veio para somar com a escola e comunidade escolar.

18.2- Orientação Educacional (Não Se Aplica)

18.3- Atendimento Educacional Especializado

O CEI Tia Nair buscando aprimorar o atendimento com crianças especiais contratou uma psicopedagoga para um atendimento especializado buscando melhorar o desenvolvimento da criança e um melhor acompanhamento para os professores.

A psicopedagoga atende duas vezes na semana na sala da coordenação da instituição, com materiais adequados para cada caso que se julgue especiais.

18.4- Profissionais de Apoio Escolar

- Monitor Escolar

O monitor escolar tem papel fundamental na escola, pois auxiliar o professor nas atividades diárias. Desenvolve atividades pedagógicas de acordo com planejamento conjunto, cuida da higiene pessoal das crianças, oferece e acompanha a alimentação das crianças, zela pelos cuidados gerais e segurança das crianças, entre outras atribuições de acordo com a sua função. A carga horária dos monitores é de no mínimo de 40 horas semanais de trabalho. O CEI Tia Nair atende 188 crianças, distribuídas em 9 turmas sendo 2 (duas) turmas, de maternal II, 3 (três) de 1º período e 4 (quatro) de 2º período.

Também são feitas as formações, e estudos dos documentos norteadores que são Currículo em Movimento, Diretrizes Pedagógicas Operacionais e BNCC.

- Psicopedagogo

O CEI Tia Nair conta com a atuação do psicopedagogo. O seu trabalho é muito importante em todas as áreas dos conhecimentos, em especial na prevenção das dificuldades de aprendizagem na educação infantil. Em geral, o psicopedagogo é

procurado quando as dificuldades já estão presentes, assim, seu papel é avaliar e estabelecer estratégias de intervenção. Contudo o psicopedagogo não atua somente na área que atua quando o problema já existe, mas sim ele atua também na forma de prevenção, no intuito de evitar que os problemas de dificuldades de aprendizagem se instaurem e nesse caso iremos abordar o papel das brincadeiras no combate a prevenção das dificuldades de aprendizagem.

- Jovens Aprendizes

A presença de jovens aprendizes no ambiente de trabalho pode estimular todos os colaboradores de uma instituição, contribuindo para um ambiente mais harmonioso e produtivo. Enquanto aprendem, os jovens também ensinam. A relação dos jovens aprendizes com os demais colaboradores no local de trabalho promove uma rica troca de experiências, e a convivência entre diferentes gerações e é uma das grandes potencialidades da aprendizagem. No Brasil, o aprendiz é amparado pela lei do Aprendiz, aprovada no ano 2000 e regulamentada em 2005. A tarefa do jovem aprendiz aqui no CEI Tia Nair, é de caráter administrativo e tem como papel principal exercer o aprendizado, mostrar os desafios e encaixá-lo na rotina de trabalho educacional. O Menor aprendiz também auxilia na secretaria escolar.

18.5- Biblioteca Escolar (Não Se Aplica)

18.6- Conselho Escolar (Não Se Aplica)

18.7- Profissionais Readaptados (Não Se Aplica)

18.8 - Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica está voltada para a orientação e acompanhamento do corpo docente, fundamentada no Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil, nestas Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para as Instituições Educacionais Parceiras que ofertam Educação Infantil, nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (portaria nº 172, de 21 de maio de 2019), nas Diretrizes de Avaliação da SEEDF vigente, e demais documentos norteadores da parceria, incentivando estudos e pesquisas, assegurando o espaço da coordenação coletiva como espaço de formação pedagógica.

A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar

suporte ao Projeto Político- Pedagógico-PPP. As ações devem contemplar a implementação do Currículo em Movimento e das Orientações Pedagógicas da SEEDF em vigor.

18.8.1- Papel e Atuação do Coordenador Pedagógico

A coordenadora atua como facilitador para fins de implementação do currículo em Movimento do Distrito Federal- Educação Infantil na unidade Escolar. Acompanhar o cuidar e o educar, o brincar e interagir nas salas de referência, no refeitório, no parque, na brinquedoteca e nos demais espaços da instituição.

Supervisionar o registro do trabalho educativo no diário de classe, bem como os registros das observações que servirão de fonte de informações para o preenchimento do documento oficial de avaliação da SEEDF, que registra as aprendizagens e desenvolvimento das crianças – RDIC. Dentre outras ações que cabe a sua função.

Cabe ao Coordenador Pedagógico articular ações que garantam a realização da Coordenação Pedagógica. A coordenação pedagógica é um momento privilegiado e de suma importância na consolidação do processo educativo. Para orientar o trabalho pedagógico do desenvolvimento das crianças, é preciso promover uma ação educativa devidamente planejada, efetiva e aberta ao processo avaliativo.

Para tanto, é imprescindível que o coordenador e professores garantam os tempos, os ambientes, os materiais, bem como as rotinas que são organizadas nesse contexto educativo.

Da mesma forma, é relevante destacar também a coordenação pedagógica como espaço-tempo primordial de estudo, formação, pesquisa, discussão de concepções e práticas avaliativas, planejamento pedagógico, bem como de autoavaliação da escola. O desempenho de um trabalho coletivo de qualidade requer de cada unidade educativa o uso coerente e produtivo desses momentos.

Além das formações ofertadas pela instituição de ensino, a equipe pedagógica participa das formações ofertadas pela regional de ensino.

18.8.2 - Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica está voltada para a orientação e acompanhamento do corpo docente, fundamentada no Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil, nestas Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para as Instituições Educacionais Parceiras que

ofertam Educação Infantil, nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (portaria nº 172, de 21 de maio de 2019), nas Diretrizes de Avaliação da SEEDF vigente, e demais documentos norteadores da parceria, incentivando estudos e pesquisas, assegurando o espaço da coordenação coletiva como espaço de formação pedagógica.

Além das formações ofertadas pela instituição de ensino, a equipe pedagógica participa das formações ofertadas pela regional de ensino. A coordenadora atua como facilitador para fins de implementação do currículo em Movimento do Distrito Federal- Educação Infantil na unidade Escolar. Acompanhar o cuidar e o educar, o brincar e interagir nas salas de referência, no refeitório, no parque, na brinquedoteca e nos demais espaços da instituição.

Supervisionar o registro do trabalho educativo no diário de classe, bem como os registros das observações que servirão de fonte de informações para o preenchimento do documento oficial de avaliação da SEEDF, que registra as aprendizagens e desenvolvimento das crianças – RDIC. Dentre outras ações que cabe a sua função.

As coordenações pedagógicas são ofertadas todos os dias, no período da tarde cerca de uma hora de coordenação por dia, onde são planejadas todas as ações ofertadas para o educando.

18.8.3 - Valorização e Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Para promover uma educação de qualidade é de suma importância a formação e a valorização dos profissionais de educação. O CEI Tia Nair, realiza de forma integrada um trabalho pedagógico que atende de maneira satisfatória o planejamento e a organização das atividades, utilizando metodologias pedagógicas que atuem numa perspectiva de desenvolvimento das capacidades e habilidades, que promovam a construção da aprendizagem. Na Instituição, as coordenações pedagógicas são relevantes para que o espaço e o tempo nas reuniões sejam otimizados, e que seja para formação, através de estudos de documentos oficiais para a educação infantil e de autores que tratam de assuntos referentes aos temas tratados em sala de aula.

Pesquisas, para aperfeiçoamento de conhecimentos; discussão de concepções, onde cada profissional coloca ideias, observações, sugestões e dúvidas; avaliação das estratégias pedagógicas, cada profissional tem a oportunidade de colocar situações vivenciadas em turma, e a prática pedagógica utilizada nos momentos ocorridos para resolução dos problemas e concretização das aprendizagens; e troca de experiências, onde cada

profissional expõe suas experiências mais significativas em sala, havendo assim, trocas muito importante para o crescimento profissional de todos.

Consideramos que um profissional se sente valorizado ao receber elogios, através de mensagens ou em encontros presenciais com a direção/coordenação da creche. E ao participar de eventos de confraternização como almoços, ou jantares com sorteio de brindes entrega de lembranças, o que é feito pela instituição a cada bimestre. Também são comemorados os aniversariantes em eventos bimestrais.

A creche Tia Nair, oferece um espaço higienizado e adequado para a realização das reuniões, que é a Sala dos Professores. Local esse onde toda a equipe pedagógica tem acesso para solicitar auxílio, apoio e tirar dúvidas, assim como para solicitar materiais pedagógicos para utilização em sua sala de aula. Semanalmente são entregues kits de materiais pedagógicos, contendo todo o material básico para os profissionais, que poderá solicitar a qualquer momento para a direção/coordenação, caso necessite de algum material a mais.

É importante ressaltar que, a presença do coordenador pedagógico, e da diretora pedagógica, nos espaços da escola transmite segurança para todos e contribui para a realização de uma metodologia pedagógica baseada em parceria, colaboração, troca de conhecimentos e auxílio mútuo. Pois, a Instituição preza por desenvolver no ambiente de trabalho relações interativa e humanizada.

19- ESTRATÉGIA ESPECÍFICA

19.1- Redução do abandono, evasão

A redução do abandono na educação infantil é um desafio importante que precisa ser enfrentado. O CEI Tia Nair para evitar a evasão escolar de forma efetiva, busca identificar as causas, estabelecer estratégias personalizadas, fortalecer o relacionamento com os alunos e famílias, investir em qualificação docente e criar um ambiente acolhedor e inclusivo na escola. Assim nossa instituição, junto com as famílias e a comunidade trabalhando juntos, poderá permanecer com as crianças na escola atendendo uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

19.2- Recomposição das Aprendizagens (NÃO SE APLICA)

19.3- Desenvolvimento da Cultura de Paz

A cultura da paz é um conjunto de comportamentos, valores e atitudes que valorizam o respeito, a empatia, a ética e práticas pacíficas. Ela busca resolver conflitos por meio do diálogo, sem recorrer à violência.

Precisamos refletir sobre as causas da violência, destacando e estimulando ações que contribuam para a afirmação de uma cultura de paz, sendo uma tarefa de todos (família, escola e sociedade). A escola vive um dilema, pois se constitui, no imaginário coletivo, espaço privilegiado de formação da criança. Seu papel é ir além da socialização do conhecimento. Dela se espera que socialize hábitos de relações intersubjetivas que, ao entrelaçarem no tecido social, conferem sustentação ao exercício dos direitos e deveres no convívio dos indivíduos e das comunidades.

O educador dentro de sua casa pode produzir a paz, agindo de tal maneira que suas conversas estejam voltadas para o desenvolvimento daquele com quem está falando.

19.4- Qualificação da Transição Escolar

O CEI Tia Nair considera a importância de uma transição saudável e segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para que esse acolhimento seja significativo, corroborando mais ainda com a jornada de aprendizado e adaptação da criança até então. A ideia é oferecer uma ponte entre uma fase e outra, sem assustar a criança e nem fragmentar seu aprendizado.

Na Educação Infantil, o aprendizado é baseado pela interação e pelas brincadeiras. Ele também é menos rígido. Não significa que não há regras! Existe e muitas: a própria BNCC determina direitos de aprendizagem e desenvolvimento, assim como campos de experiências a serem trabalhados. O foco está, principalmente, no estímulo dos alunos para que eles se desenvolvam de forma natural e saudável. Sem preocupação com desempenho e avaliação para a retenção.

A interação também ganha outra intensidade, na medida em que os alunos precisam afirmar sua identidade e se relacionar no coletivo. Eles também passam a ser avaliados e cobrados com maior intensidade. Em consonância com a BNCC é nessa fase que os alunos fazem “relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permitindo a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela”. Esse é um mundo novo cheio de novos desafios e novas descobertas. Reafirmamos que o acolhimento das crianças que estão fazendo a

transição da Educação Infantil para o ensino fundamental é responsabilidade dos professores da creche e da escola em parceria.

É muito importante que os educadores sejam sensíveis às dificuldades, medos e anseios dos alunos nessa passagem e os ajudem nessa jornada. É de suma importância considerar o histórico dessas crianças que estão chegando ao primeiro ano. É fundamental que o professor saiba como aquele aluno caminhou na educação infantil, quais habilidades desenvolveu, onde tem mais dificuldade e quais são seus potenciais. Isso vai ajudá-lo a projetar uma transição mais saudável, respeitando os conhecimentos que aquela criança traz. Segundo a BNCC “para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a descontinuidade do trabalho pedagógico”.

19.5- PARA AS UNIDADES ESCOLARES DE GESTÃO COMPARTILHADA (NÃO SE APLICA).

20. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

20.1 Gestão Pedagógica

A construção e execução do Projeto Político-Pedagógico acontecem em uma gestão democrática, no âmbito escolar. A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico envolve professores, estudantes, funcionários, pais e comunidade. É um aprendizado da gestão democrática e participativa, pois, a democratização implica, portanto, compreender a cultura da escola e dos seus processos, bem como articulá-los com as relações sociais mais amplas. O Projeto Político-Pedagógico está vinculado às exigências decorrentes da reestruturação do ensino na atualidade, também como a política educacional foi sendo construída no decorrer desse processo.

A perspectiva democrática de gestão escolar, considerando o pensamento crítico e priorizando a participação como estratégia político pedagógica, ganha ênfase nos estudos e publicações competentes da área. Com a Constituição Brasileira de 1988, ocorreram importantes mudanças políticas no país. Em seu artigo 206, estabelece a gestão democrática como princípio da educação. Em consequência, a educação teve avanços significativos possibilitando a prática democrática no cotidiano escolar. Também abre uma expectativa

para restaurar o caráter público da administração pública, e restituir o controle da sociedade civil sobre a educação.

A implantação da gestão democrática como forma de gerenciamento da escola pública, implica na organização e fortalecimento de mecanismos para efetivação da participação da comunidade na escola. Tal participação torna a escola o núcleo da gestão democrática. Assumindo o pressuposto que a organização e gerenciamento da escola não podem ser desvinculados do processo histórico no qual estão inseridas (BOGATSCHOV et al, 2012, p. 2797).

20.2- Gestão de Resultados Educacionais

A educação baseada em resultados parte da seguinte pergunta: “o que um aluno precisa fazer para demonstrar o domínio de uma habilidade, conhecimento ou comportamento?”. Essa abordagem coloca as necessidades dos alunos em um lugar de destaque no processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Indicadores educacionais são dados que medem o rendimento escolar, o fluxo, a aprendizagem, a formação e o esforço docente, entre outros fatores relacionados à eficiência do sistema educacional, como infraestrutura, finanças e perfil socioeconômico.

O CEI Tia Nair busca resultados aprimorados no desenvolvimento cognitivo das crianças este resultado e baseado no desenvolvimento das atividades desenvolvidas em sala de aula.

20.3- Gestão Participativa

Quando falamos de gestão participativa?

Robbins (2005) define Gestão Participativa como um processo que utiliza a competência dos colaboradores e se destina a encorajar o maior comprometimento com o sucesso da organização.

Com base na gestão participativa o CEI Tia Nair sempre busca compartilhar a gestão escola no intuito de trabalhar com toda a comunidade escolar que engloba o CEI Tia Nair, trazendo resultados positivos, interação das equipes e trazendo os pais para o processo de participação da vida escolar do seu filho.

Na gestão participativa sempre é observado as seguintes características

Avaliação cultural e organizacional.

Comunicação e mudança.

Envolvimento e capacidade dos colaboradores.

Estabelecer canais de comunicação entre os colaboradores.

Promoção do colaborador.

20.4- Gestão de Pessoas

A construção coletiva favorece aos envolvidos no processo de ensino, situações que lhes permitam assegurar a autonomia da escola com a interação comunicativa, discussão pública dos problemas e soluções, tomada das decisões, realizar o fazer pedagógico de forma coerente para que seja assegurada a qualidade de ensino. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, o art. 12, inciso I prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando assim evidente que a ação educativa deve ser ato intencional e diversificado que atenda às políticas de apoio e assegure a formação do cidadão.

Logo, a construção do Projeto Político-Pedagógico da escola deve ser coletiva valorizando todos os envolvidos no processo educativo, tendo consciência de que cada um possui sua parcela de responsabilidade enriquecendo o trabalho coletivo.

20.5- Gestão Financeira

A gestão financeira escolar é o conjunto de ações e estratégias focadas na organização financeira da instituição. Embora se fale muito da missão de educar em uma instituição de ensino (IE), é fundamental lembrar que ela também é um negócio.

20.6- Gestão Administrativa

A gestão da escola é democrática, dinâmica e comprometida com a melhoria do ensino público, buscando resultados positivos de acordo com o que preconiza a Lei 9.394/96, nos seus artigos 12 e 13, buscando desenvolver, dentro de uma visão coletiva, efetivar ações inovadoras.

A direção da escola deverá trabalhar de modo a respeitar os membros da comunidade escolar, valorizando a participação de todos, no processo de tomada de decisões e no acompanhamento educativo das crianças.

Para alcançarmos o êxito almejado pela escola é necessário acreditarmos nas intervenções coletivas, com a participação de toda a equipe envolvida para um melhor redirecionamento de suas ações e daí alcançaremos nossos objetivos.

A gestão administrativa poderá buscar apoio junto à entidade mantenedora sempre que necessário na perspectiva de melhor atender os anseios da Educação Infantil em prol da melhoria da educação pública.

21. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O acompanhamento para execução do PPP é através de meios apropriados, que visem controlar e melhorar os processos e produtos de forma contínua, atuando sem intervalo nem interrupções. Para a celeridade e o aperfeiçoamento dos processos de uma escola, é necessário identificar as causas e seus problemas, implementando soluções. É importante ressaltar também, que é fundamental para o sucesso da escola ter clareza que todo processo é cíclico, formado por atividades planejadas e recorrentes, não possuindo um fim predeterminado.

As etapas de acompanhamento e monitoramento envolvem: Planejamento: o plano será efetivado com base nas diretrizes estabelecidas, objetivos, ações e os caminhos e o método a serem seguidos pelo PPP.

21.1- Avaliação Coletiva

A avaliação do PPP deve considerar três grandes eixos: Avaliação da Aprendizagem, Avaliação Institucional e Avaliações em Larga Escala e Indicadores. Entendida como parte do processo e não como um fim em si, a avaliação requer a utilização de estratégias, recursos e instrumentos de coleta de dados para a investigação. A avaliação só terá sentido se tiver como referência fundamental a melhoria do ensino e a garantia da efetivação da aprendizagem como atividade fim.

Sugestões de estratégias para avaliar o PPP;

Elaboração dos instrumentos de coleta de dados;

Coleta de dados, tabulação, análise e divulgação dos resultados para comunidade escolar;

Ações de reestruturação para fins de intervenções. Propõem-se dois períodos para avaliação do PPP;

Atualização geral do PPP;

Reflexões sobre como avaliar o PPP;

As atividades de formação contribuíram, significativamente, nas ações de planejamento dos professores, o que possibilitou uma reflexão sobre a prática para conhecimentos referentes ao Projeto Político-Pedagógico e sua importância para a gestão democrática da escola e do ensino.

Fica explícita a grande importância do Projeto Político Pedagógico em indicar a direção, os caminhos que devem ser percorridos em todos os momentos por todo o coletivo da escola, como também definir as ações educativas a serem efetivadas durante o processo de ensino aprendizagem e refletir sobre os problemas vivenciados pela escola.

O Projeto Político-Pedagógico auxilia na formação com qualidade, ajuda o processo de uma gestão democrática no interior da escola, possibilitando a organização do trabalho pedagógico na escola e, oportunizar a reflexão sobre a sua intencionalidade educativa, possibilitando espaços abertos para as reflexões coletivas que favorecem o diálogo, a comunicação entre diversos 19 segmentos envolvidos com o processo educativo, contribuindo para uma gestão democrática escolar.

21.2- Periodicidade

O CEI Tia Nair promove momentos de reflexão teórico-prático sobre a metodologia de aprendizagem e ensino.

Sendo integrante da rede de ensino, o atual documento tem se adequado às mudanças ocorridas recentemente de acordo com os documentos oficiais (Diretrizes, Propostas Curriculares, Regimento Escolar, Sistemática de Avaliação, dentre outras)?

O PPP reflete as necessidades da escola?

As ações propostas no PPP têm correspondido ao embasamento teórico para a garantia dos objetivos de aprendizagens?

O período para avaliar o PPP é de três em três meses ou quando houver necessidade.

21.3- Procedimentos/ Instrumentos

Este trabalho permitiu verificar como se dá de fato a utilização do Projeto Político-Pedagógico em seu propósito de agregar os profissionais envolvidos no processo educativo, tanto na sua formulação como na sua execução. Assim, questionamos a importância e a coerência entre o que é descrito no Projeto Político-Pedagógico e o que consta no Planejamento Docente, especialmente no conhecimento dos professores acerca do Projeto Político-Pedagógico.

Nos encontros de formação realizados pelo projeto de intervenção pode enfatizar a relação estabelecida entre Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Trabalho Docente, aplicando na prática e orientando os professores por meio de estratégias para conduzir práticas pedagógicas, no cotidiano escolar. Vínculos efetivos relacionados com o Projeto Político-Pedagógico e o papel do gestor em articular, torná-lo vivo e dinâmico dentro da escola referindo-se às questões administrativas e, principalmente, às ações pedagógicas exercidas na sala de aula.

21.4- Registros

Execução: colocar o planejamento em prática, isto é, executar o plano de ação previamente elaborado na etapa de planejamento; Avaliação: deve-se avaliar o que foi feito durante a etapa da execução, fazendo comparações e identificando as diferenças entre o que foi planejado e realizado, verificando o que foi aprendido, comparando o resultado com as previsões que foram feitas na etapa do planejamento; Ação: é a realização das ações corretivas de possíveis falhas encontradas durante o processo, visando a intervenções apropriadas.

Após essa ação, deve-se repetir o ciclo. É nessa etapa que o ciclo reinicia dando continuidade ao processo da melhoria contínua.

A elaboração e execução do PPP da escola devem ser sustentadas por um acompanhamento contínuo e sistemático da equipe gestora com a participação da comunidade escolar. É importante, também, que haja responsáveis pela mobilização da escola, para que a comunidade discuta sobre a efetividade do PPP.

22. REFERENCIAS BIBIOGRAFICAS

BRASIL Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e Construtivismo. São Paulo, Editora Ática, 1996.

CONSTITUIÇÃO 1988. Brasília, Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2005.

CURRÍCULO ESCOLAR - Educação Infantil: 0 a 3 anos. Brasília, Subsecretaria de Educação Pública, 2002.

CURRÍCULO ESCOLAR - Educação Infantil: 4 a 6 anos.
Brasília, Subsecretaria de Educação Pública, 2002.

SEEDF - Currículo Em Movimento Da Educação Básica - Educação Infantil.

Brasília, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014.

Currículo em Movimento do Distrito Federal: Educação Infantil. 2. ed. Brasília: SEEDF, 2018.

Currículo em Movimento do Distrito Federal: Pressupostos teóricos. Brasília: SEEDF, 2014.

SEEDF - Diretrizes de Avaliação Educacional. Brasília: SEEDF, 2014-2016. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF:

BRASIL - Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Fixa Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos. DODF, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 abril. 2020.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, DF, 15 dez. 2010b.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento do Distrito Federal: Educação- Anos Iniciais - Anos Finais. 2. ed. Brasília: SEDF, 2018. Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2001.

PORTUGAL, Gabriela. LAEVERS, Ferre. Avaliação em Educação Pré- escolar: Sistema de Acompanhamento das Crianças. São Paulo, Porto Editora, Coleção Nova Cidine, 2011.

FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo, Cortez, 1995. ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS, PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO E

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS. Brasília, Secretaria de Estado de Educação Subsecretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL,

LDB. Brasília.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

VIGOTSKI, L. S. A formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1998. VIGOTSKI, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

SILVA, Edileuza F. da. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2000.

Fontes Alternativas:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-funcao-social-da-escola-a-partir-da-formaçãode-sujeitos-históricos/45629>

<http://plataformacultural.com.br/educacao-infantil-seis-direitos/>

<http://www.toojardimeuropa.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/2790/>

<1729/arquivos/File/planodeacaoequipe.pdf>

<http://amagiadoeducar.blogspot.com/2015/01/plano-de-acao-do-coordenador-pedagogico.html>

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1529/o-papel-do-coordenador-na-construcao-do-ppp>.

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16799/1/2015_JulianeGomesDeOliv_era_tcc.pdf.

<https://www.somospar.com.br/coordenador-pedagogico-desafios/>

file:///C:/Users/pc/Downloads/PPP-CREIR.pdf

<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/56/entenda-os-6-direitos-de-aprendizagem-propostos-pela-bncc>.

23- APÊNDICES

PLANO DE AÇÃO- 12 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDA NAS AÇÕES	PÚBLICO ALVO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
<p>Apresentar/ Discutir sobre o papel e o perfil do educador;</p> <p>-Designar função da equipe pedagógico;</p> <p>-Estimular a equipe pedagógica para o sucesso do trabalho;</p> <p>Estabelecer metas de trabalho pedagógico;</p> <p>- Orientar a rotina e os trabalhos pedagógicos;</p>	Semanas Pedagógicas	<p>- Diretoria Pedagógica</p> <p>-Diretoria Geral</p> <p>-Coordenação Pedagógica</p> <p>- Palestrantes convidados</p>	Professores e monitores	<p>Início do ano letivo</p> <p>Durante todo ano letivo.</p>	
Estimular os educadores nas	Dias de formação/ SEEDF				
<p>participação dos mesmos;</p> <p>Valorizar os temas abordados;</p> <p>Organizar, junto a SEEDF, os dias de formação; Adquirir novos conhecimentos para a prática</p>		<p>Coordenação Pedagógica;</p> <p>Direção Pedagógica</p>	Equipe Pedagógica;	Bimestralmente	

pedagógica					
------------	--	--	--	--	--

Plano de Ação- 14- XII- Plenarinha, Circuito Ciências e cultura de paz.

	META S	OBJETIVO S	AÇÕES	EIXOS TRANSVER-SAIS DO CURRÍCULO	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE E/OU DO PPA E/OU OBJETIVO(S) DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Plenarinha	Sensibilizar todo o corpo docente e para a realização da escuta sensível, atentar e responsiva durante todo o ano letivo.	Garantir que as crianças sejam protagonistas de seu processo de aprendizagem e participem das tomadas de decisões.	Promover rodas de conversa com as crianças, assembleias com toda a comunidade, formação com a equipe pedagógica.	Educação para a Diversidade/ Cidadania e educação em e para os Direitos Humanos/Educação para a Sustentabilidade	Realizar ações voltadas à promoção cultura de direitos humanos e cidadania, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar (...) (PPA)	Toda a equipe pedagógica	Ano Letivo
	Problematizar a rotina de práticas alimentares com	Promover reflexões e discussões sobre a alimentação para além da questão alimentar e nutricional envolvendo	Realizar momentos de experimentação de alimentos que são servidos na merenda	Educação para a Diversidade/ Cidadania e educação em e para os Direitos Humanos/Educação para a Sustentabilidade	Alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição para todas as crianças (...) (ODS)	Toda equipe	Ano Letivo

	todas as crianças durante e todo o ano letivo promovendo a sensibilização e conscientização de uma alimentação saudável	um olhar para as práticas sociais e culturais, perspectivas afetivas e emocionais bem como envolvendo a sustentabilidade e a ecologia humana.	escolar; participar da compra, da escolha, do plantio, do preparo e do cuidado em relação ao desperdício dos alimentos. Realizar o autosserviço, promovendo a autonomia e o exercício da prática social.				
Convivência Escolar e Cultura de Paz	Articular mecanismos que oportunizem a atuação e o protagonismo de 100% da comunidade	Ampliar o diálogo, o exercício da escuta e o protagonismo estudantil, com o intuito de que cada um(a) se comprometa com sua atuação, sendo parte	Realizar atividades com objetivo de que as crianças desenvolvam a autoestima, a educação emocional, por meio de rodas de conversa,	Educação para a Diversidade/ Cidadania e educação em e para os Direitos Humanos/Educação para a Sustentabilidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem para todos. (ODS)	Comunidade Escolar	Ano Letivo

	dade escolar na construção da democracia participativa, da garantia e realização de direitos e justiça social durante o ano letivo	de um processo coletivo para o alcance de uma Cultura de Paz.	grupos de teatro ou dança, de momentos culturais e atividades de reconhecimento das suas características.				
Circuito de Ciências	Oportunizar a todas as crianças momentos para que possam investigar e ir em busca de respostas a seus interesses	Promover o desenvolvimento crítico e criativo, da aprendizagem e da compreensão da prática investigativa no ambiente escolar.	Observar e captar os principais temas de interesse das crianças, dialogando sobre o que sabem, o que desejam aprender e incentivá-las a investigar por meio	Educação para a Diversidade/ Cidadania e educação em e para os Direitos Humanos/Educação para a Sustentabilidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem para todos. (ODS)	Equipe pedagógica	Ano Letivo

	ses e curiosidades com colaboração e incentivo do professor.		de rodas de conversa, grupos de responsabilidade, pesquisa de fontes de informações e registros.				
--	--	--	--	--	--	--	--

Plano de Ação – 18 Papéis e Atuação - Monitor Escolar

METAS	OBJETIVOS	AÇÕES	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE E/OU DO PPA E/OU OBJETIVO(S) DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Realizar todas as ações conforme a orientação e supervisão da equipe pedagógica da UE durante o ano letivo.	Acompanhar as crianças nas atividades pedagógicas, culturais, artísticas, esportivas, de lazer, direitos humanos, saúde e diversidade entre outros.	Auxiliar as crianças com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), no exercício das atividades diárias, no que tange à alimentação, locomoção e higienização nas Unidades Escolares.	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem para todos. (ODS)	Educadores Sociais Voluntários e equipe pedagógica.	Ano Letivo

		Auxiliar nas atividades recreativas no parque, no pátio escolar e atividades externas.			
--	--	--	--	--	--

Plano de Ação – 18 Papéis e Atuação – Psicopedagogo

METAS	OBJETIVOS	AÇÕES	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE E/OU DO PPA E/OU OBJETIVO(S) DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Atender e diagnosticar as barreiras de aprendizagem das crianças.	Acompanhar as crianças com dificuldades de aprendizado, desenvolvimento e socialização.	Avaliar, estabelecer estratégias de intervenção.	Combater as dificuldades de aprendizagem.	Direção, coordenação e mantenedora.	Anual

PLANO DE AÇÃO-19 Estratégias Específicas - Redução do Abandono e Evasão (Permanência Escolar)

METAS	OBJETIVO	AÇÕES	EIXOS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO EM MOVIMENTO	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE E/OU DO PPA E/OU OBJETIVO(S) DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁ-VEIS	CRONOGRAMA
Garantir os direitos e aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças durante o ano vigente	Monitorar a infrequência das crianças e identificar as suas causas	<p>- Após uma semana de ausência da criança a equipe pedagógica realizará a busca ativa, comunicando-se com a família a fim de estabelecer o retorno da criança à UE.</p> <p>-Enviar para o Conselho Tutelar a relação de crianças que apresentam quantidade de faltas acima de 25%.</p>	Educação para a Diversidade/ Cidadania e educação em e para os Direitos Humanos/Educação para a Sustentabilidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem para todos. (ODS)	Equipe Pedagógica	Ano Letivo

Plano de Ação- 20- Processo de Implementação do PPP

Quadro 1 – Gestão Pedagógica

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS NECESSÁRIOS
Promover uma educação de qualidade que vise à construção da identidade da comunidade escolar, oferecendo uma educação igualitária, democrática, libertadora, visando à construção do homem crítico, ativo, participante, capaz de construir e transformar sua própria história, no exercício consciente da sua cidadania..	Aumentar em 20% as possibilidades para que os educadores tenham condições de construir conhecimentos de maneira crítica, respeitando-os como sujeitos. bio-pisco - sócio-histórico-culturais. Garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, oferecendo uma educação de qualidade.	Revisar o PPP a partir dos documentos norteadores Ofererer aos professores	Promover de avaliação da prática pedagógica;	Direção, coordenadores e docentes	Durante o ano letivo.	Documentos norteadores para a prática pedagógica

Quadro 2 – Gestão de Resultados Educacionais

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p>Avaliar semestralment e o desenvolvimen to e crescimentos das crianças.</p> <p>Reforçar a aprendizagem dos educandos com estratégias diversificadas e de forma lúdica;</p> <p>Desenvolver atividades que promovam a participação dos pais no ambiente escolar (festas, passeios,</p>	<p>Promover ações que considerem e respeitem o protagonismo infantil em meio às praticas sociais;</p> <p>Promover ações que considerem e repeitem o protagonismo juvenil em meio aos campos de experiências expressos no Currículo;</p> <p>Aumentar a participação da família e o cumprimento das atividades propostas;</p> <p>Ampliar e melhorar o nível de conhecimento das crianças</p>	<p>Contribuição para a autonomia das crianças na realização das práticas pedagógicas;</p> <p>Incentivar as crianças recriarem em contextos significativos, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais e temporais.</p> <p>Analisar o desenvolvimento das crianças por meio das avaliações formais e informais;</p> <p>Acompanhar e ampliar os projetos destinados à participação da</p>	<p>Acompanhamento das Ações pedagógicas; reuniões avaliativas do processo pedagógico.</p>	<p>Direção, coordenadores, profissional da sala</p> <p>Equipe de ensino</p> <p>aprendizagem, pais.</p>	<p>Todo ano letivo</p>	<p>Atividades dirigidas relacionadas ao temas e conteúdos trabalhados</p>

<p>eventos, reuniões, ações sociais e etc.);</p>	<p>Desenvolver habilidades de raciocínio lógico matemático, de leitura e interpretação por meio de atividades lúdicas; Minimizar as problemáticas de aprendizagem dos alunos encaminhados</p>	<p>comunidade na escola;</p>				
--	---	------------------------------	--	--	--	--

Quadro 3 – Gestão Participativa

METAS	AÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p>Promover ações que respeitem e acolham as crianças e os familiares.</p> <p>Promover ações que garantam o direito das famílias de participar e acompanhar as vivências e as produções das crianças.</p>	<p>Promover reuniões e atendimento individualizado aos familiares em horários adequados a participação das famílias;</p> <p>Avaliar a Instituição com toda comunidade escolar.</p> <p>Realizar trimestralmente a comemoração dos aniversariantes da escola</p>	<p>Através da realização das reuniões para avaliar o processo pedagógico e Institucional, trazer possíveis sugestões de melhorias.</p>	<p>Direção, coordenadores e docentes.</p>	<p>Durante o ano letivo.</p>	<p>Questionários que possam medir a qualidade do trabalho desenvolvido pela instituição, aplicado a toda comunidade escolar.</p>

Quadro 4 – Dimensão da Gestão de Pessoas

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p>Incentivar a formação continuada dos professores em cursos oferecidos pela SEEDF e outros;</p> <p>Socializar com aniversariantes da escola;</p>	<p>Promover ações que priorizem os momentos destinados à formação continuada</p> <p>Estimular a participação dos professores nos cursos de formação oferecidos pela SEEDF e outros;</p> <p>Contribuir para o crescimento do conhecimento profissional e humano dos regentes;</p>	<p>Priorizar a coordenação pedagógica como um momento de formação continuada;</p> <p>Participar em cursos de formações continuadas SEEDF;</p> <p>Realizar trimestralmente a comemoração dos aniversariantes da escola</p>	<p>Fazer reuniões e debates acerca dos assuntos tratados nas formações, a fim de refletir sobre a prática pedagógica.</p>	<p>Direção, coordenadores e docentes</p>	<p>Sempre oferecidos cursos pela SEEDF;</p> <p>Durante o ano letivo.</p>	<p>Promoção dos acessos aos novos conhecimentos, através de discussão de textos.</p>

Quadro 5 – Dimensão da Gestão Financeira

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p>Fazer a conservação e manutenção da estrutura física, sempre que necessário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ofertar às crianças cardápio com alimentos nutritivos; • Adquirir materiais de apoio aos serviços de: Cozinha, Didático Pedagógico, Secretaria, Departamento Financeiro, Serviços Gerais; • Equipar as salas de aula com brinquedos acessíveis à idade da criança; • Ampliação do espaço lúdico das salas com jogos e recursos 	<p>Promover ações atentas às questões que envolvam limpeza, salubridade e conforto na instituição educativa;</p> <p>Promover ações atentas aos cuidados necessários em relação aos espaços e mobiliários que favoreçam as experiências das crianças.</p> <p>Promover ações que demonstrem a responsabilidade pela alimentação das crianças;</p> <p>Disponibilizar materiais pedagógicos diversos adequados às necessidades das crianças;</p>	<p>Disponibilizar cardápios variados; atendendo as necessidades nutricionais das crianças,</p> <p>Tomar cuidados necessários com a limpeza do ambiente;</p>	<p>Acompanhar semanalmente se as metas estão sendo atingidas, através de orientações às equipes responsáveis.</p>	<p>Direção, coordenadores e docentes</p>	<p>Janeiro a Dezembro</p>	<p>Reuniões e orientações, planejamento e sugestões.</p>

Quadro 6 - Gestão Administrativa

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEL	PRAZOS	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p>Presar e conscientizar toda a comunidade escolar, pela conservação dos bens e patrimônio da Instituição;</p> <p><input type="checkbox"/> Acompanhar os serviços da secretaria;</p> <p><input type="checkbox"/> Desenvolver estratégias para melhor atender ao público que permeiam na Instituição</p> <p>Solicitar a melhoria do espaço lúdico recreativo</p>	<p>Promover ações atentas aos cuidados necessários em relação aos espaços e mobiliários; Promoção de ações atentas aos cuidados materiais.</p>	<p>Aplicar verba para manutenção predial, bem como para a substituição ou reparo de equipamentos danificados.</p> <p>Disponibilizar material individual de higiene, de qualidade e em quantidade suficiente.</p>	<p>Acompanhar a execução do trabalho a ser executado e verificar a qualidade do que será ofertado.</p>	<p>Direção e Secretaria</p>	<p>Durante o ano letivo</p>	<p>Verbas da parceria.</p>

Plano de Ação – 21- Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP.

METAS	OBJETIVOS	AÇÕES	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE E/OU DO PPA E/OU OBJETIVO(S) DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Sensibilizar e fortalecer a parceria com</p>	<p>Realizar com eficiência a avaliação da execução dos projetos institucionais e</p>	<p>Promover X reuniões com pais e ou responsáveis para</p>	<p>Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover</p>		

<p>toda a comunidade sobre sua atuação para a promoção do desenvolvimento da criança. Realizar todos os projetos elencados no PPP com a participação de toda a comunidade escolar a partir de avaliações e sugestões.</p>	<p>projetos específicos da Unidade Escolar durante o ano letivo. Realizar a avaliação da execução dos Planos de Ação para a implementação do PPP durante o ano letivo</p>	<p>apresentação e avaliação da execução do PPP. Realizar a cada X dias o planejamento e a avaliação dos Projetos Institucionais nas Coordenações Coletivas. Realizar a cada X dias a avaliação dos Projetos Específicos nas Coordenações Coletivas Realizar nos Conselhos de Classe semestrais/bimestrais ou trimestrais avaliação das ações/atividades pedagógicas realizadas pelos professores e definição de soluções possíveis para cada situação pedagógica. Realizar X reuniões com o Conselho Escolar/Assembleia Escolar para exposição da execução do PPP e definição de ações específicas para possibilitar o processo de aprendizagem das crianças. Manter canal de comunicação com todas as famílias por e-mail e/ou WhatsApp e/ou agenda física para comunicado de</p>	<p>oportunidades de aprendizagem para todos. Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação. (ODS)</p>	<p>Comunidade Escolar</p>	<p>Ano Letivo</p>
---	---	--	---	---------------------------	-------------------

		reuniões gerais. Eixos Transversais do Currículo em Movimento: Educação para a diversidade/Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos/ Educação para a Sustentabilidade.			
--	--	---	--	--	--

24- ANEXOS

Formação continuada



AUTOSERVIMENTO



COZINHA EXPERIMENTAL



PROJETO FOLCLORE



